



Dep. Valdir Rossoni + 25 assinaturas
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4/2013

I – PROTOCOLE-SE

II – PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA
CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

III – À DL PARA PROVIDÊNCIAS

DATA 04 SET. 2013

PRESIDENTE

Altera a redação do § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo terceiro do Artigo 57 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 (...)

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Assinatura

Assinatura
Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE
(1)

Quanto Chico

Assinatura

Assinatura

15331 04/09/2013 087771 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



	DEPUTADO	ASSINATURA
2	DEP. ADELINO RIBEIRO	Assinatura
3	DEP. ADEMAR TRAIANO	Assinatura
	DEP. ADEMIR BIER	
4	DEP. ALCEU MARON FILHO	Assinatura
5	DEP. ALEXANDRE CURI	Assinatura
	DEP. ANDRE BUENO	
	DEP. ANIBELLI NETO	
	DEP. ARTAGÃO JUNIOR	
6	DEP. BELINATI	Assinatura
	DEP. BERNARDO RIBAS CARLI	
	DEP. CAÍTO QUINTANA	
	DEP. CANTORA MARA LIMA	
	DEP. CLEITON KIELSE	
7	DEP. DOUGLAS FABRÍCIO	Assinatura
8	DEP. DR. BATISTA	Assinatura
	DEP. DUÍLIO GENARI	
	DEP. ELIO RUSCH	
9	DEP. ELTON WELTER	Assinatura
10	DEP. ENIO VERRI	Assinatura
11	DEP. EVANDRO JUNIOR	Assinatura
	DEP. FERNANDO SCANAVACA	
	DEP. FRANCISCO BÜHRER	
12	DEP. GILBERTO MARTIN	Assinatura
13	DEP. GILBERTO RIBEIRO	Assinatura
14	DEP. GILSON DE SOUZA	Assinatura
	DEP. HERMAS BRANDÃO JR	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



	DEP. JONAS GUIMARÃES	
15	DEP. LUCIANA RAFAGNIN	
	DEP. LUIZ ACCORSI	
	DEP. LUIZ CARLOS MARTINS	
	DEP. MARLA TURECK	
	DEP. MAURO MORAES	
16	DEP. NELSON GARCIA	
17	DEP. NELSON JUSTUS	
18	DEP. NELSON LUERSEN	
	DEP. NEREU MOURA	
	DEP. NEY LEPREVOST	
	DEP. PARANHOS	
	DEP. PASTOR EDSON PRACZYK	
19	DEP. PEDRO LUPION	
	DEP. PÉRICLES DE MELLO	
20	DEP. PLAUTO MIRÓ	
21	DEP. PROFESSOR LEMOS	
22	DEP. RASCA RODRIGUES	
	DEP. ROBERTO ACIOLLI	
	DEP. ROSE "LITRO"	
	DEP. STEPHANES JUNIOR	
	DEP. TADEU VENERI	
23	DEP. TERCÍLIO TURINI	
24	DEP. TERUO KATO	
25	DEP. TONINHO WANDSCHEER	
	DEP. WALDYR PUGLIESI	
26	DEP. WILSON QUINTEIRO	



JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda Constitucional tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para a deliberação de que trata o § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Cabe salientar que no mesmo caso, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, § 3º), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Tal proceder se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto. Os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto garante esta prestação.

Frise-se que isso é o que está acontecendo na maioria dos legislativos estaduais e até mesmo em algumas câmaras municipais. No Rio de Janeiro, foram aprovadas duas Emendas Constitucionais, que extinguem o voto secreto para as deliberações a respeito dos vetos do Poder Executivo e da cassação de mandato dos parlamentares. Em Pernambuco, a maioria dos deputados é favorável à adoção do voto aberto para todas as deliberações. A matéria também está sendo discutida em São Paulo, e já foi aprovada em 1º turno. Além disso, a imprensa também noticiou que deverá ser constituída uma comissão de parlamentares paulistas, com o intuito de encadear movimento junto a outras assembleias estaduais, para que sejam feitas as alterações necessárias na Constituição Federal, de modo a banir definitivamente o instituto do voto secreto.

Portanto, a presente proposta se faz necessária para assegurar uma maior transparência às votações pelo plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, uma vez que não há sentido no voto secreto dentro do Parlamento.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO III DOS DEPUTADOS

Art. 57. Os Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º. Desde, a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2º. O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º. No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembléia Legislativa, para que a mesma, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º. Os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5º. Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º. A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 7º. As imunidades de Deputados subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, nos casos de atos praticados fora de seu recinto que sejam incompatíveis com a execução da medida, e só quando assim o forem as dos Deputados Federais e Senadores, conforme fixa a Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

(Apresentação do Coral)

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Registramos e agradecemos a presença do Prefeito de Santa Mariana, Jorge Rodrigues Nunes e também da Secretária Roseli Isidoro, da Secretaria Municipal da Mulher. Obrigada pela presença. O título de Cidadania Honorária do Paraná a ser conferido ao Sr. Dinarte Antonio Vaz possui os seguintes termos: *Cidadania Honorária do Paraná. Os Poderes Constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 17.564, datada de 08 de maio de 2013, conferem ao Sr. Dinarte Antonio Vaz, o título de Cidadão Honorário do Paraná, para o que mandaram expedir o presente diploma. Curitiba, 20 de agosto de 2013.* Assinam o referido diploma: o Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Clayton Coutinho de Camargo. Neste momento, então, solicitamos ao Deputado Rasca Rodrigues, que proceda à entrega do título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, ao Sr. Dinarte Antonio Vaz. (Durante a outorga, apresentação do Coral). (Aplausos).

Registramos também a presença do Prefeito de Rolândia Johnny Lehmann, que está conosco. Muito obrigado pela presença, Prefeito. Em uma homenagem especial, solicitamos à Sra. Fátima Aguiar, para que proceda à entrega de um ramalhete de flores à Sra. Maria Lúcia Vaz, esposa do mais novo Cidadão Honorário Paranaense. (Fundo musical durante a entrega). (Aplausos).

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues): O Dinarte disse que a família toda está chorando, e é verdade, estão todos ali, mas é um momento especial. Esta Presidência tem a honra de conceder à palavra ao mais novo Cidadão Honorário Paranaense, Sr. Dinarte Antonio Vaz. Esquece, daqui para frente, que você é paulista, Dinarte. (Aplausos).

SR. DINARTE ANTONIO VAZ: É muita emoção! Como o Rasca disse, é uma família de chorões e não posso ficar fora. Exmo. Deputado Rasca Rodrigues, autor da proposta de outorga deste título de Cidadão Honorário do Paraná, em seu nome saúdo os demais Deputados que integram esta Assembleia Legislativa e que representam a voz do povo do Paraná; demais autoridades nominadas e componentes da Mesa, cumprimento-os em nome de um colega de turma, Edson Vidal Pinto. São muitas as autoridades presentes sem que eu tenha condições de nominá-las como determina o protocolo, sob pena de cometer injustiça. Entretanto, existe uma palavra que substitui qualquer distinção hierárquica e assim saúdo os meus amigos e as minhas amigas. Saúdo também os meus familiares. Passado o susto da surpresa proporcionada pelo Deputado Rasca, porque nem em sonho eu imaginava receber tão honrosa homenagem, veio o momento de reflexão para buscar entender o significado e as razões de tão importante título. Duas coisas ficaram muito claras: a primeira, deixo de ser paranaense de fato, como sempre me senti, para, com muito orgulho, renascer paranaense de direito, igual ao restante da minha família, mantendo o devido respeito pela minha cidade de nascimento, São Paulo. A segunda é que ninguém chega a lugar nenhum sem o apoio, a colaboração, o incentivo, a confiança e a compreensão dos verdadeiros amigos. Ao folhear o livro da minha jornada de mais de 70 anos de vida e 50 de trabalho, fui encontrando esses verdadeiros amigos na vida privada, no trabalho, na vida pública e na família. Na origem, a minha mãe, Dona Ofélia, curitubana, filha de imigrantes italianos, mulher maravilhosa e muito querida. Meu pai, Pierre, mais que um pai, um amigo e meu idolo; embora nascido no Rio de Janeiro, foi criado desde os sete anos de idade em Curitiba, com a família Kosop, que considero também minha família. Seus conselhos foram o norte da minha vida, pois me legaram os atributos do respeito por todos, da humildade, generosidade, paixão pelo trabalho, o saber ouvir, da gratidão e da lealdade. Em outra página, a minha vida definitiva para Curitiba, no início dos anos 60, o vestibular e o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A nossa turma, turma de 67, uma turma fora de série, existindo até hoje um grupo que se reúne mensalmente, com alguns agregados contemporâneos, inclusive quatro médicos, o que é muito importante na nossa idade ter por perto. A formatura, o casamento, que dura quase 50 anos. A advocacia, o primeiro escritório, do saudoso Dr. Joaquim Brito de Lacerda e do Prof. Carlos Fernando Correia de Castro, um grande aprendizado; o pequeno escritório em Campo Largo, com o Minol e o Johnson. Os dois primeiros filhos chegaram e são páginas marcantes, apesar das dificuldades normais do início de carreira e da nova família. O primeiro emprego público, 1971, na Companhia de Habitação Popular de Curitiba, Cohab-CT, presidida pelo engenheiro Luiz Antonio Parigot de Souza, aqui presente, com quem aprendemos muito do sistema financeiro da habitação e administração pública; ali desenvolvemos importantes trabalhos de regularização e implantação de conjuntos habitacionais e infraestrutura em Curitiba e Paranaguá. Em 74 fomos para o BNH, onde durante 12 anos exercemos várias atividades jurídicas, financeiras e administrativas, com uma equipe maravilhosa de técnicos de ponta. Executamos trabalhos inesquecíveis no BNH e entre eles destaco, para mim, a construção da sede do BNH em Curitiba, onde participei desde a aquisição dos terrenos, na comissão de licitação e o acompanhamento da obra. Nessa época nasceu a minha filha caçula, a Lorena. Como coordenador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, percorri o Paraná orientando as Prefeituras para a regularização da situação perante o Fundo, viabilizando assim a obtenção de recursos para habitação, saneamento, urbanização, equipamentos comunitários, enfim, um universo de recursos que eram destinados às Prefeituras. Tenho lembrança de Prefeitos da época, como o Haully, em Cambé, um italiano muito bravo em Cascavel, Dr. Tolentino; custamos a convencê-los de que tinham que desembolsar dinheiro para regularizar a situação perante o Fundo. Encontrei um italiano muito bravo, que no final deu-me de presente uma faca fabricada na sua cidade de Toledo, o Prefeito que é hoje Deputado, companheiro dos senhores, o Duilio Genari. Tempos bons! Em 1986 foi extinto o BNH e fomos incorporados ao quadro de servidores da Caixa Econômica Federal, onde reencontrei a advocacia no jurídico da Caixa, comandado pelo amigo Antonio Edilson Pereira, embora tenha ficado pouco tempo, pois nesse período, por indicação da Caixa do Paraná e do próprio Edilson, fui designado para um trabalho que considero uma realização profissional: em companhia de um jovem advogado de São Paulo, hoje advogado em Brasília, Luiz Carlos Cazetta, coordenamos os procedimentos jurídicos para a venda dos imóveis funcionais de Brasília e das mansões dos Ministros, resultando em um grande sucesso, com a alienação de mais de 10 mil imóveis, desonerando a União. Na Caixa ainda exerci várias funções administrativas com gratificantes trabalhos na companhia de Ernesto Nogueira, Joaquim Vanhoni, Vanderlei Carvalho, Norman Arruda e tantos outros. Finalmente, o meu casamento com o Patrimônio da União, onde estou tombado. Lá se vão 23 anos no comando dessa instituição no Paraná, com uma estada de dois anos como Diretor em Brasília, sempre buscando regularizar e disponibilizar os imóveis da União de maneira justa, priorizando a destinação socioambiental.

Chegamos ao dia de hoje, esperando que este livro continue aberto por mais tempo sempre na certeza do dever cumprido. Não podemos esquecer que existem também as páginas tristes e saudosas que nos remetem às perdas das pessoas queridas, mas nesta data nos reportaremos apenas aos momentos alegres. Dito isso, resta-me agradecer e agradecer muito. Agradecer às palavras elogiosas que recebi, não sabendo se sou merecedor de tanto. Agradeço, comovido, ao Governo do Estado do Paraná e ao povo paranaense que, por intermédio unânime dos seus legítimos representantes que integram esta Casa, outorgam-me a condição de paranaense honorário, que muito me orgulha. Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Deputado Rasca, de coração, muito honrado, agradeço a V. Exas. por este título que é motivo de imenso orgulho meu e de meus familiares. Agradeço aos meus amigos, familiares e companheiros dessa humilde jornada, em especial aos amigos do Patrimônio da União do Órgão Central e das demais Superintendências do Brasil que sempre me receberam com muito carinho e respeito. Agradeço a todos os demais colegas de trabalho que comigo trilhamos essa jornada. Aos colegas da Superintendência do Paraná, a vocês um muito obrigado especialíssimo, aos que ainda militam e aos que já não trabalham conosco, pela dedicação o esforço e a superação que colocam a nossa casa como referência nacional, apesar das enormes dificuldades. A vocês devo grande parte desta homenagem. Agradeço à minha família; à Marina, à Verônica, pelo carinho sempre dedicado aos meus filhos, netos e aos meus pais; ao meu neto Noah, que completa cinco meses, e que só vai entender a importância desta data daqui a algum tempo. Minhas lindas e maravilhosas netas Nicole e Amanda pelas alegrias constantes em nossa casa; à minha filha caçula Lorena Lúcia, ao meu genro Ricardo Meken, obrigado pela amizade e carinho e pelos netos maravilhosos que nos deram; ao meu filho Marco Aurélio e Waleska, esperando que voltem logo a morar no Brasil, para a nossa alegria; ao meu netão Thiago, primeiro neto, companheiro maravilhoso e ao meu filho mais velho Pierre, sempre presente e muito carinhoso. Tenho certeza que essa honraria servirá como exemplo para que sigam o caminho do estudo, do trabalho, com a mesma humildade e determinação do pai e avô de vocês. Claro, agradeço de coração à responsável principal por eu ter chegado até aqui: minha esposa Maria Lúcia, nossa querida Mara, pela paciência de me aguentar. Por seu amor, pela dedicação e garra em comandar a nossa família, superando as dificuldades com as minhas constantes ausências ao longo dessa jornada, um beijo. Finalmente, agradeço hoje e sempre ao Pai do Céu por tudo que me proporciona e pedindo que nos abençoe a todos. Muito obrigado! (Apresentação Musical)

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues): Eu, quando não estava Deputado, às vezes, criticava, não conhecendo uma solenidade como esta, o fato de o Deputado ficar concedendo título de Cidadão Honorário. Achava que isso não era função - e não é a função primeira do Deputado - mas assistindo algumas percebi o quanto isso é importante para que tenhamos este reconhecimento das pessoas que fazem a diferença, que estabelecem valores morais, culturais, e o Dinarte é uma dessas pessoas. É uma unanimidade dos seus amigos, dos seus colegas pela postura de uma vida como profissional, como pai e como avô. Portanto, esta Presidência agradece a presença das autoridades, de todos os amigos, familiares, uma especial saudação ao nosso ex-Deputado Reni Pereira, hoje Prefeito de Foz do Iguaçu, Dinarte, que chegou durante a sua fala. Ao Norman Arruda que você citou durante a sua fala, seu amigo que está aqui. Agradeço às autoridades civis e militares, o Corpo Consular, o nosso homenageado, o nosso Coral Paraná sob a regência do Maestro Paulo Kühn - mais uma vez, Maestro, esta Casa agradece a presença de vocês que abrilhantam demais os eventos e solenidades desta Casa. Obrigado! Bem como os demais convidados que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense. Aos nossos telespectadores, está sendo ao vivo, o nosso canal aberto pelas parabólicas espalhadas pelo Paraná. Ao término desta solenidade o nosso homenageado receberá os cumprimentos no espaço cultural desta Casa de Leis, aqui ao lado, oferecendo um coquetel do nosso amigo Nogarolli, amigo comum e que, prontamente quando soube nos ligou dizendo que ele estaria à disposição para oferecer isso ao Dinarte, por entender que ele era merecedor de ter, portanto uma boa recepção nesta Casa. Assim, convindo a todos a ouvirem o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene do mais novo cidadão paranaense, Dinarte Vaz. (Execução do Hino do Paraná.) **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**.

84060/2013

Processo Legislativo

Comissão Executiva

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4/2013

Altera a redação do § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo terceiro do Artigo 57 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57 (...)

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Assinaram os Deputados: Valdir Rossoni, Adelino Ribeiro, Ademair Traiano, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Belinati, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Pedro

Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Wilson Quinteiro.

JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda Constitucional tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para a deliberação de que trata o § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Cabe salientar que no mesmo caso, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, § 3º), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Tal proceder se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto. Os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto garante esta prestação.

Frise-se que isso é o que está acontecendo na maioria dos legislativos estaduais e até mesmo em algumas câmaras municipais. No Rio de Janeiro, foram aprovadas duas Emendas Constitucionais, que extinguem o voto secreto para as deliberações a respeito dos vetos do Poder Executivo e da cassação de mandatos dos parlamentares. Em Pernambuco, a maioria dos deputados é favorável à adoção do voto aberto para todas as deliberações. A matéria também está sendo discutida em São Paulo, e já foi aprovada em 1º turno. Além disso, a imprensa também noticiou que deverá ser constituída uma comissão de parlamentares paulistas, com o intuito de encadear movimento junto a outras assembleias estaduais, para que sejam feitas as alterações necessárias na Constituição Federal, de modo a banir definitivamente o instituto do voto secreto.

Portanto, a presente proposta se faz necessária para assegurar uma maior transparência às votações pelo plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, uma vez que não há sentido no voto secreto dentro do Parlamento.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE

84067/2013

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 03 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE JUNHO DE 2013.

Aos três dias do mês de Junho do corrente ano às quatorze horas e quinze minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 144/2013. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão que assinam o parecer, havendo quórum para iniciar a reunião, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Elio Rusch, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 144/13, súmula "Mensagem 025/2013 - Altera os dispositivos que especifica a Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385 de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.", de autoria do Poder Executivo, apresentando o parecer **FAVORÁVEL**. Não havendo quem quisesse discutir, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Anderson Ando, Secretário desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Anderson Ando
Secretário

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 05 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JUNHO DE 2013.

Ao décimo sétimo dia do mês de Junho do corrente ano às dezessete horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 564/2012. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão conforme assinatura no parecer, havendo quórum para iniciar a reunião, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 564/12, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, súmula "Revoga a Lei 11.722/1997. (Dispõe que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior", ante a leitura do parecer o Relator ressaltou que a comissão em tela não aprecia o projeto inicial, mas a emenda Substitutiva Geral apresentada e apreciada pela CCJ apresentando o parecer **FAVORÁVEL**. Colocado em discussão o Deputado Enio Verrí alegou que este projeto embora beneficie as instituições de saúde mantidas pelas Instituições Estaduais, deixa de atender as instituições mantidas pelas Universidades Federais e por isso seu voto é **CONTRÁRIO** ao parecer. Os deputados

Jonas Guimarães, Elio Rusch e Adelino Ribeiro entendem como benéfico o custeio as Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior, uma vez que as Federais recebem o custeio via Governo Federal. Não havendo quem mais quisesse discutir, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Anderson Ando, Secretário desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Anderson Ando
Secretário

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 06 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2013.

Ao terceiro dia do mês de Setembro do corrente ano às quatorze horas e quinze minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 330/2013. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão que assinaram o parecer, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 330/13, de autoria do Poder Executivo, súmula "INSTITUI O SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR, CONFORME ESPECIFICA", apresentando parecer **FAVORÁVEL**. O parecer foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Ana Paula Bordini Orasmo, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Ana Paula Bordini Orasmo
Secretária

84091/2013





Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DA ECOLOGIA E
Ata da 3ª Reunião Ordinária
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 31478313

Documento emitido em 17/09/2013 10:32:14.

Diário Oficial da Assembleia
Nº 503 | 10/09/2013 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Rasca Rodrigues e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Pedro Lupion, Jonas Guimarães, Wilson Quinteiro e da Deputada Mara Lima, a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 398/12 de autoria do Deputado Marcelo Rangel que "dispõe sobre a destinação final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes". Projeto em apenso com o PL Nº 400/12. Projeto Relatado pelo Deputado Elton Welter teve pedido de vistas pelo Deputado Pedro Lupion. No Segundo item o Deputado Rasca Rodrigues passou a Presidência para o Deputado Pedro Lupion para que pudesse relatar o Projeto de Lei Nº 115/2013 de autoria do Deputado Alexandre Curi que "dispõe Recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica - CGH localizada no Município de Jaguariá". Projeto relatado pelo Deputado Rasca Rodrigues teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. Para dar continuidade a esta reunião o Deputado Pedro Lupion passou novamente a Presidência para o Deputado Rasca Rodrigues. O terceiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 116/2013 de autoria do Deputado Alexandre Curi que "dispõe sobre a autorização da Construção da Central Geradora Hidrelétrica - CGH localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso". Projeto relatado pelo Deputado Pedro Lupion teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O quarto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 558/2011 de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello que "acrescenta a profissão de farmacêutico do rol de profissões previsto no art. 1º da Lei Estadual 16346/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente". Projeto relatado pelo Deputado Wilson Quinteiro teve parecer favorável nos termos da emenda modificativa anexa e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O quinto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 411/2012 de autoria do Deputado Rasca Rodrigues que "altera o artigo 4º da Lei Nº 17259/12 (indústria e Comércio)". Projeto foi retirado da pauta uma vez que será arquivado a pedido do autor. O sexto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 39/2013, de autoria do Deputado Nelson Justus que "dispõe sobre procedimentos licitatórios nas contratações de produtos e serviços que utilizem a matéria-prima papel". Projeto foi retirado da pauta uma vez que será arquivado a pedido do autor. O sétimo item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 410/2012 de autoria do Deputado Stephanes Junior que "torna obrigatória, no Estado do Paraná, a implantação nas PCHS e barragens em curso de água para quaisquer fins, escadas e/ou outros dispositivos que possibilitem a subida de peixes para a desova (Piracema)". A Deputada Mara Lima relatora do devido projeto, recomendou a não continuidade da sua tramitação, visto já existir em vigor a Lei Estadual Nº 15446 de 15 de janeiro de 2007 em matéria idêntica, porém o Deputado Rasca Rodrigues pediu vistas do referido Projeto. O oitavo e último item em pauta foi o Projeto de Lei Complementar Nº 08/2013 de autoria do Deputado Francisco Bührer que, "dá nova redação à Lei Complementar Nº 59, de 1º de outubro de 1991". Projeto relatado pelo Deputado Jonas Guimarães, teve pedido de vistas pelo Deputado Rasca Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício desta Comissão, Deputado Rasca Rodrigues, encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente desta Comissão.

Dep. RASCA RODRIGUES
Presidente em exercício da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO
Secretária da CEMA

85078/2012

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 16ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Francisco Bührer, observando a presença dos Membros Titulares da Comissão, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Elton Welter, Deputado Jonas Guimarães, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Terclio Turini e Deputado Teruo Kato, deu-se início aos trabalhos da Comissão, passando diretamente para o primeiro item em pauta, Projeto de Lei Nº 115/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, o qual dispõe sobre recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica - CGH, localizada no Município de Jaguariá. Projeto este de relatoria do Deputado TERUO KATO, recebeu PARECER FAVORÁVEL com apoio de todos os presentes. O segundo item em pauta é o Projeto de Lei Nº 116/2013 também de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica - CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso. Projeto este de Relatoria do Deputado ELTON WELTER, que emitiu PARECER FAVORÁVEL sendo apoiado por

em em pauta é o Projeto de Lei Nº 368/2013 do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, que especifica ao Município de Santa Helena, o Estado ADELINO RIBEIRO que emitiu parecer de todos os membros presentes. O quarto item 2013 - Mensagem 078/2013, de autoria do Poder 27, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre apachante de Trânsito junto ao Departamento de Projeto este que teve como relator o Deputado ando-se positivamente ao mérito apresentado, VEL da Comissão, com apoio de todos os presentes. O quinto item em pauta a ser apreciado pela Comissão é o Projeto de Lei 369/2013 - Mensagem 083/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual dá nova redação ao artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao município de Catanduvas, Paraná. Projeto este de relatoria do Deputado ADELINO RIBEIRO que fez referencia ao mérito desta proposição, destacando que referido Projeto de Lei atende a necessidade imediata apresentada pelo Município e que merece ser apoiado por esta Comissão. Após realizar sua análise, o relator emitiu PARECER FAVORÁVEL, recebendo apoio de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA

85076/2012

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 21/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, Inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 35, do Regimento Interno,

DECLARA

constituída a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado PEDRO LUPION, aprovada na Sessão Ordinária do dia 2 de setembro de 2013, autuada na Diretoria Legislativa, com a finalidade de "analisar as mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná". A Comissão Especial será composta pelos Deputados Caio Quintana (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Nereu Moura (PMDB), titular e Waldyr Pugliesi (PMDB), suplente; Bernardo Carli (PSDB), titular e Nelson Garcia (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Nelson Justus (DEM), suplente; Tadeu Veneri (PT), titular, e Enio Verril (PT), suplente; Pastor Edson Praczyk (PRB), titular e Wilson Quinteiro (PSB), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Belnaji (PP), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de setembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

85070/2012

ATO DO PRESIDENTE Nº 22/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 9 de setembro de 2013,

DECLARA

constituída Comissão Especial com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com o apoio de vinte e cinco Deputados, Protocolada sob o nº 7771/13-DAP, que "altera a redação do § 3º do artigo 57, da Constituição Estadual". Conforme Indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Parlamentares: PMDB: Deputado Jonas Guimarães, titular e Deputado Gilberto Martin, suplente; PSDB: Deputado Francisco Bührer, titular e Deputada Cantora Mara Lima, suplente; DEM: Deputado Pedro Lupion, titular e Deputado Elio Rusch, suplente; PT: Deputado Elton Welter, titular e Deputado Tadeu Veneri, suplente; PDT: Deputado Fernando Scanavaca, titular e Deputado Andre Bueno, suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será presidida pelo Deputado Francisco Bührer e a Relatoria atribuída ao Deputado Pedro Lupion. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 10 de setembro de 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

85072/2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO ESPECIAL - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

04/2013

Sumula: ALTERA A REDAÇÃO DO §3º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDAS. MERITO. ALTERAÇÃO DO § 3º DO ARTIGO 57 DA CE. ÚNICA HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17 (PEC N. 29/2006). POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL

*Autor: Deputado VALDIR ROSSONI
Relator: Deputado PEDRO LUPION*

I - RELATÓRIO.

O nobre Deputado VALDIR ROSSONI é o signatário da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 04/2013, que objetiva modificar a redação do §3º do artigo 57¹ da Constituição Estadual, o qual determina que por intermédio do voto secreto a Assembleia Legislativa resolva acerca da prisão e autorize, ou não, a formação de culpa nos casos em situações

¹ 'Art. 57 [Constituição Estadual] [...]

§3º No caso de flagrante crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto secreto da maioria dos seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa. [...]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



que envolvam flagrante de crime inafiançável praticado por Parlamentar.

De acordo com a proposta o texto do §3º do artigo 57 da Constituição Estadual passa a contar com a seguinte redação:

'No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.' (grifo meu)

Conforme consta da inclusa justificativa, a PEC tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para deliberação que trata o §3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Salienta, inclusive, que em casos análogos, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, §3º²), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Aduz que o procedimento da votação secreta se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto.

Menciona, neste contexto, que atualmente os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus

² 'Art. 53. [Constituição Federal/1988] Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. [...]

§3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.'



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto é uma forma de garantia desta prestação.

Cumpre-me mencionar que a Proposta obteve apoio dos seguintes Parlamentares: (i) Deputado ADELINO RIBEIRO; (ii) Deputado ADEMAR TRAIANO; (iii) Deputado ALCEU MARON FILHO; (iv) Deputado ALEXANDRE CURI; (v) Deputado BELINATI; (vi) Deputado DOUGLAS FABRÍCIO; (vii) Deputado DR. BATISTA; (viii) Deputado ELTON WELTER; (ix) Deputado EVANDRO JÚNIOR; (x) Deputado GILBERTO MARTIN; (xi) Deputado GILBERTO RIBEIRO; (xii) Deputado GILSON DE SOUZA; (xiii) Deputada LUCIANA RAFAGNIN; (xiv) Deputado NELSON GARCIA; (xv) Deputado ENIO VERRI; (xvi) Deputado NELSON JUSTUS; (xvii) Deputado NELSON LUERSEN; (xviii) Deputado PEDRO LUPION; (xix) Deputado PLAUTO MIRÓ; (xx) Deputado PROFESSOR LEMOS; (xxi) Deputado RASCA RODRIGUES; (xxii) Deputado TERCÍLIO TURINI; (xxiii) Deputado TERUO KATO; (xxiv) Deputado TONINHO WANDSCHEER; e (xxv) Deputado WILSON QUINTEIRO.

Na sequência foi devidamente instalada a Comissão Especial para análise da matéria, nos termos regimentais, conforme o ato do Presidente nº 22/2013, publicado no Diário Oficial nº 503, de 10 de setembro de 2013.

Por fim, como consta da mencionada publicação integram a presente comissão os seguintes Parlamentares: (i) Deputado Jonas Guimarães (titular), Deputado Gilberto Martin (suplente); (ii) Deputado Francisco Bühner (titular - PRESIDENTE), Deputada Mara Lima (suplente); (iii) Deputado Pedro Lupion (titular - RELATOR), Deputado Élio Rusch

Página 3 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



(suplente); (iv) Deputado Elton Welter (titular), Deputado Tadeu Veneri (suplente); e (v) Deputado Fernando Scanavaca (titular), Deputado André Bueno (suplente).

É O RELATÓRIO.

II - ANÁLISE

II.1 CONSTITUCIONALIDADE DA PEC, LEGALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA.

Em um primeiro momento é necessário analisar a constitucionalidade da proposição, em principal quanto ao cumprimento de sua formalidade.

A Constituição Estadual em seu artigo 64 determina as hipóteses e formalidades para emendar a Constituição, senão vejamos:

‘Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio.

§ 2º. A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver, em ambas

Página 4 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013
Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 3º. A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º. Será nominal a votação de emenda à Constituição.'

Conforme já mencionado no Relatório do presente parecer, a Proposta de Emenda Constitucional teve ao todo 26 (vinte e seis) signatários, e o Estado não está enquadrado na hipótese do §1º do artigo 64 da CE, dessa forma considerando que há a necessidade de 1/3 dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (art. 64, inciso I, CE) e o Estado não estar em intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, não há qualquer óbice na regular tramitação da matéria nesta Casa de Leis, uma vez que preenchidos todos os requisitos.

No mesmo sentido, não vislumbro qualquer afronta às cláusulas pétreas previstas no §4º do artigo 60 da Constituição Federal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



II.2 DO MÉRITO

Verifica-se que a instituição do voto secreto nas deliberações do Poder Legislativo surgiu, no final do século XVII, como instrumento de defesa parlamentar contra as pressões do Poder Executivo.

À época, o mecanismo era utilizado como *freio* ao absolutismo até então exercido pelo monarca.

Nos séculos que se seguiram, o voto secreto nos Parlamentos procurou garantir a prevalência do interesse público em votações que desafiaram a vontade do Executivo.

O voto secreto era considerado, na sua origem histórica, portanto, uma garantia de preservação do interesse público nas votações congressuais. Por esse motivo foi adotado, também, no Brasil, desde a Constituição do Império (art. 24³), para determinadas deliberações legislativas.

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 mantém algumas hipóteses de votações secretas no Legislativo, mais especificamente nos casos de perda de mandato de deputado ou senador, a eleição dos membros das Mesas Diretoras das duas Casas, a eleição ou aprovação de Ministros do Tribunal de Contas, a indicação de presidentes e diretores do Banco Central, do Procurador-Geral da República, de magistrados e de

³ Art. 24. [Constituição do Império/1824] *As Sessões de cada uma das Camaras serão publicas á excepção dos casos, em que o bem do Estado exigir, que sejam secretas.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



embaixadores, bem como a rejeição dos vetos do Poder Executivo às normas aprovadas no Congresso.

No mesmo sentido, em respeito ao Princípio da Simetria, a Constituição Estadual manteve a exigência de votação secreta em determinados casos.

Porém, em relação ao tema especificamente o qual pretende a Proposta de Emenda Constitucional legislar, qual seja a hipótese prevista no §3º do Artigo 57 da Constituição Estadual, sequer subsiste sob o pretexto do mencionado princípio, considerando que na própria Constituição Federal não há a exigência de votação secreta em situações análogas, como bem mencionou o autor.

Ademais, a evolução democrática, impõe nos dias atuais novas exigências e novos imperativos a serem observados na estruturação e na atuação dos Poderes do Estado.

Atualmente, a transparência e a publicidade dos atos dos agentes públicos colocam-se como exigência impostergável para o exercício da cidadania.

A ideia de eliminar o voto secreto, nos parlamentos brasileiros, não é de hoje. Carlos MAXIMILIANO ao comentar a Constituição de 1946 já mencionava que:

'[...] em um regime democrático devem os governos agir à luz meridiana, expondo todos os seus atos ao estudo e à crítica dos interessados e dos competentes. A publicidade ainda é mais necessária, em se tratando das palavras e

Página 7 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



votos de congressistas, que não têm senão a responsabilidade moral e são mandatários diretos do povo. Quando erram, o castigo único é a repulsa geral e a falta de sufrágios quando pleiteiem a reeleição.⁴ (grifo meu)

No mesmo sentido, também já mencionava Sampaio DÓRIA:

‘[...]a publicidade é indispensável, para que o povo, em cujo nome o Congresso delibera, conheça as razões do que lhe é imposto na lei, saiba como procedem seus representantes, e, em consequência, os aplauda ou os condene. O consentimento do povo na democracia não é só na investidura do poder. É mais até no exercício do poder, porque a investidura é apenas o caminho para o exercício do poder. O exercício é o fim de tudo, é o que se busca, é a missão para que se elege.’⁵

Rui Barbosa enquanto Senador da República, já afirmava que:

‘[é] dever do membro do Congresso Nacional responder à nação pelo modo como exerce as funções legislativas. Para isso exerce ela a fiscalização contínua sobre os atos dos seus representantes, acompanha as deliberações parlamentares, sobre as quais deve atuar, constantemente, a opinião pública, no seu papel de guia, juiz, freio e propulsor.’

Cumpre-me, ainda, recordar que o Estado do Paraná é pioneiro na ideia de se abolir o voto secreto, quando marcou a história do país ao aprovar uma PEC, determinando o voto aberto para todas as deliberações do Legislativo paranaense, a exceção de disposições constitucionais em contrário.

⁴ MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira*. Volume II, 1954, p. 39

⁵ DÓRIA. Sampaio. *Comentários à Constituição de 1946*. Volume II, 1960, p. 213/214



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Na época, dentro de um conjunto de medidas implantadas com o objetivo de modernizar a atuação desta Casa de Leis, os deputados aprovaram a PEC 29/06 de autoria do então Presidente da Casa Deputado Nelson Justus.

Inclusive na justificativa da proposta apresentada na época, e aprovada pela Assembleia, o deputado Nelson Justus alertava que a medida estava em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Diante disso, com a aprovação da PEC N. 29/2006, foi promulgada a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, que, dentre outras modificações que extirpou o voto secreto, inseriu o Parágrafo Único ao artigo 56 com a seguinte redação:

Art. 56. (...)

Parágrafo único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional 17 de 08/11/2006)

Com efeito, a presente PEC vem a contemplar a única hipótese que ainda continha de forma expressa o termo voto secreto, em que pese o dispositivo acima citado (Parágrafo Único do art. 56) já dispor de maneira genérica que o voto secreto é vedado em todo processo legislativo.

Neste sentido, não se pode negar que a opinião pública corrente majoritária é a de que o voto secreto pode ensejar o efeito inverso do propósito original, permitindo que representantes populares transacionem seu apoio a proposições



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



contrárias ao interesse público, na certeza de que seu voto não chegará ao conhecimento de seus eleitores.

Desta maneira, concebido para garantir a independência dos poderes, o voto secreto, ao gerar a impossibilidade do povo conhecer o voto dos seus representantes é que facilitaria a possibilidade desta interferência indevida, por meio de acordos ou negociações espúrias, imorais e ilegítimas.

Ademais, o argumento de que o voto secreto no parlamento garantiria a independência do parlamentar, na medida em que eliminaria a possibilidade de que este viesse a sucumbir diante de pressões de outras autoridades ou da própria sociedade é inaceitável nas modernas democracias.

Nos dias atuais um parlamentar possui plenas garantias jurídicas que permitem a ele exercer seu mandato com independência, liberdade de consciência e respeito àqueles que o elegeram.

Aliás, o conhecimento público de suas opiniões e de seus votos, é a melhor garantia contra quaisquer atitudes arbitrárias e ilegítimas a que eventualmente pudesse estar sujeito. Por isso, se no passado era justificada, no atual estágio de evolução democrática em que vivemos a perpetuação do voto secreto se apresenta como inaceitável, comprometendo inclusive a credibilidade do Poder Legislativo perante a sociedade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Entendo que a população tem o direito, de forma clara e transparente, de ter conhecimento como votou o seu representante tendo em vista os textos que nortearão a condução dos negócios públicos e as relações sociais, afinal o verdadeiro sentido da representação política está na possibilidade de controlar o poder político atribuída ao eleitor, que não pode exercê-lo pessoalmente.

Deve-se ainda observar que a alteração da Constituição Estadual se impõe até mesmo como forma de legitimar a escolha já realizada em algumas Constituições Estaduais, no sentido de abolir as votações secretas nas suas respectivas Assembleias Legislativas, conforme mencionou o autor em sua justificativa.

Firmadas estas considerações de mérito, externo o meu posicionamento que não apenas na hipótese ora proposta na presente PEC que, diga-se de passagem, vem a complementar a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, mas que de uma maneira geral a votação secreta deveria ser abolida por completo, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, pelo simples fato que este instituto não coaduna com a Democracia em que vivemos, uma Democracia consolidada que a própria população brasileira conquistou a duras penas.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico a transparência do Poder Legislativo, adequando-a aos ditames da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013


Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2013.

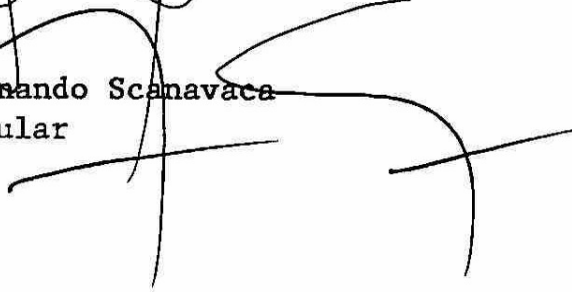
SALA DAS COMISSÕES, 17 DE SETEMBRO DE 2013


Francisco Bühner
Presidente da Comissão


Pedro Lupion
Relator


Jonas Guimarães
Titular


Elton Welter
Titular


Fernando Scanavacca
Titular

colocam-se como exigência impostergável para o exercício da cidadania.

A ideia de eliminar o voto secreto, nos parlamentos brasileiros, não é de hoje. Carlos MAXIMILIANO ao comentar a Constituição de 1946 já mencionava que:

'[...] em um regime democrático devem os governos agir à luz meridiana, expondo todos os seus atos ao estudo e à crítica dos interessados e dos competentes. A publicidade ainda é mais necessária, em se tratando das palavras e votos de congressistas, que não têm senão a responsabilidade moral e são mandatários diretos do povo. Quando erram, o castigo único é a repulsa geral e a falta de sufrágios quando pleiteiam a reeleição.' (grifo meu)

No mesmo sentido, também já mencionava Sampaio DÓRIA:

'[...] a publicidade é indispensável, para que o povo, em cujo nome o Congresso delibera, conheça as razões do que lhe é imposto na lei, saiba como procedem seus representantes, e, em consequência, os aplauda ou os condene. O consentimento do povo na democracia não é só na investidura do poder. É mais até no exercício do poder, porque a investidura é apenas o caminho para o exercício do poder. O exercício é o fim de tudo, é o que se busca, é a missão para que se elege.'

Rui Barbosa enquanto Senador da República, já afirmava que:
'[é] dever do membro do Congresso Nacional responder à nação pelo modo como exerce as funções legislativas. Para isso exerce ela a fiscalização contínua sobre os atos dos seus representantes, acompanha as deliberações parlamentares, sobre as quais deve atuar, constantemente, a opinião pública, no seu papel de guia, juiz, freio e propulsor.'

Cumpra-me, ainda, recordar que o Estado do Paraná é pioneiro na ideia de se abolir o voto secreto, quando marcou a história do país ao aprovar uma PEC, determinando o voto aberto para todas as deliberações do Legislativo paranaense, a exceção de disposições constitucionais em contrário.

Na época, dentro de um conjunto de medidas implantadas com o objetivo de modernizar a atuação desta Casa de Leis, os deputados aprovaram a PEC 29/06 de autoria do então Presidente da Casa Deputado Nelson Justus.

Inclusive na justificativa da proposta apresentada na época, e aprovada pela Assembleia, o deputado Nelson Justus alertava que a medida estava em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Diante disso, com a aprovação da PEC N. 29/2006, foi promulgada a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, que, dentre outras modificações que extirpou o voto secreto, inseriu o Parágrafo Único ao artigo 56 com a seguinte redação:

**"Art. 56. (...)
Parágrafo único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional 17 de 08/11/2006)"**

Com efeito, a presente PEC vem a contemplar a única hipótese que ainda continha de forma expressa o termo "voto secreto", em que pese o dispositivo acima citado (Parágrafo Único do art. 56) já dispor de maneira genérica que o voto secreto é vedado em todo processo legislativo.

Neste sentido, não se pode negar que a opinião pública corrente majoritária é a de que o voto secreto pode ensejar o efeito inverso do propósito original, permitindo que representantes populares transacionem seu apoio a proposições contrárias ao interesse público, na certeza de que seu voto não chegará ao conhecimento de seus eleitores.

Desta maneira, concebido para garantir a independência dos poderes, o voto secreto, ao gerar a impossibilidade do povo conhecer o voto dos seus representantes é que facilitaria a possibilidade desta interferência indevida, por meio de acordos ou negociações espúrias, imorais e ilegítimas.

Ademais, o argumento de que o voto secreto no parlamento garantiria a independência do parlamentar, na medida em que eliminaria a possibilidade de que este viesse a sucumbir diante de pressões de outras autoridades ou da própria sociedade é inaceitável nas modernas democracias.

Nos dias atuais um parlamentar possui plenas garantias jurídicas que permitem a ele exercer seu mandato com independência, liberdade de consciência e respeito àqueles que o elegeram.

Aliás, o conhecimento público de suas opiniões e de seus votos, é a melhor garantia contra quaisquer atitudes arbitrárias e ilegítimas a que eventualmente pudesse estar sujeito. Por isso, se no passado era justificada, no atual estágio de evolução democrática em que vivemos a perpetuação do voto secreto se apresenta como inaceitável, comprometendo inclusive a credibilidade do Poder Legislativo perante a sociedade.

Entendo que a população tem o direito, de forma clara e transparente, de ter conhecimento como votou o seu representante tendo em vista os textos que nortearão a condução dos negócios públicos e as relações sociais, afinal o verdadeiro sentido da representação política está na possibilidade de controlar o poder político atribuída ao eleitor, que não pode exercê-lo pessoalmente.

Deve-se ainda observar que a alteração da Constituição Estadual se impõe até mesmo como forma de legitimar a escolha já realizada em algumas Constituições Estaduais, no sentido de abolir as votações secretas nas suas respectivas Assembleias Legislativas, conforme mencionou o autor em sua justificativa.

Firmadas estas considerações de mérito, externo o meu posicionamento que não apenas na hipótese ora proposta na presente PEC que, diga-se de passagem, vem a complementar a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, mas que de uma maneira geral a votação secreta deveria ser abolida por completo, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, pelo simples fato que este instituto não coaduna com a Democracia em que vivemos, uma Democracia consolidada que a própria população brasileira conquistou a duras penas.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico a transparência do Poder Legislativo, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2013.

SALA DAS COMISSÕES, 17 DE SETEMBRO DE 2013

Francisco Bühner
Presidente da Comissão

Pedro Lupion
Relator

Jonas Guimarães
Titular

Elton Welter
Titular

Fernando Scanavaca
Titular

89373/2013

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO - PEC 4/2013

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 11h00min, reuniu-se, na sala de reuniões da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, constituída pelo Ato do Presidente nº 22/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, para apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que "altera a redação do § 3º do artigo 57, da Constituição do Estado do Paraná". Constatada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao Relator, Deputado Pedro Lupion, para que procedesse à leitura do Parecer. Ato contínuo, o parecer foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposição de Emenda Constitucional em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Em seguida, o Deputado Fernando Scanavaca usou a palavra e sugeriu aos demais membros da Comissão para que a proposição registrasse a coautoria do Deputado Nelson Justus, o que foi por unanimidade aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros da Comissão e por mim, Maria Henrique da Silva de Paula, que secretariei a reunião.

Deputado Francisco Bühner
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Elton Welter
Membro Titular

Deputado Fernando Scanavaca
Membro Titular

Deputado Jonas Guimarães
Membro Titular

Maria Henrique da Silva de Paula
Secretária

89374/2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 278/2013

Declara de Utilidade Pública o
Instituto Brasileiro de Segurança
– IBS, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Segurança – IBS, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

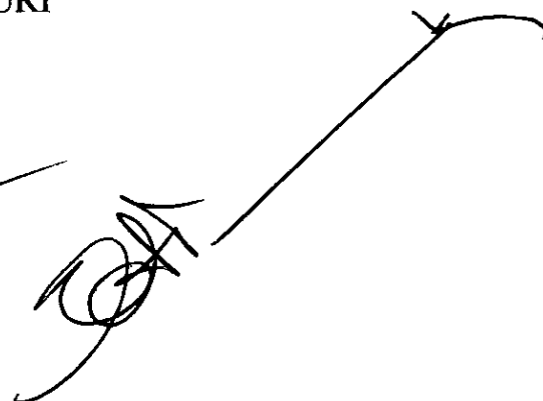
Sala das Comissões, 30 de setembro de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 401/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Moreira Sales.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Moreira Sales, dos seguintes imóveis:

Lotes nºs 1 e 2, da Quadra nº 89-J, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, 862, descritos na Transcrição nº 9.178 do Registro de Imóveis de Goioerê;

Lotes nºs 6 e 7, da Quadra nº 88, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, s/nº, descritos na Matrícula nº 8.504 do Registro de Imóveis de Goioerê.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. Os imóveis doados reverterão ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 146/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único. O Programa será administrado pela Fomento Paraná, gestora dos Ativos, em conformidade com o que estabelece o artigo 1º, do Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001.

Art. 2º O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará *jus* a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos.

Art. 3º Os contratos serão recalculados a partir da liberação original dos recursos, excluindo-se todo e qualquer aditamento já formalizado, bem como quaisquer penalidades e ou encargos acessórios, adotando-se como parâmetro de atualização das dívidas, correção monetária pela TAXA REFERENCIAL – TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, deduzindo-se os pagamentos efetuados, passando a ser este o valor devido.

Art. 4º O valor a ser firmado no instrumento de repactuação, se deferida a renegociação nos termos da presente lei, deverá ser atualizado pelos encargos previstos nesta lei, até a data da respectiva formalização.

Art. 5º Para os contratos enquadrados em programas com normas específicas estabelecidas por Órgãos Federais, serão respeitadas as condições de prazos, encargos e demais condições por elas fixadas.

Art. 6º Excetuem-se dos critérios de recálculo estabelecidos no artigo 3º, as dívidas de responsabilidade de pessoas físicas, na condição de produtores rurais, decorrentes de aquisição de tratores, máquinas, equipamentos e implementos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

agrícolas, ou de responsabilidade de transportadores, pessoa física e jurídica, decorrente de aquisição de caminhões, equipamentos e implementos rodoviários, as quais serão apuradas mediante avaliação genérica do bem originalmente financiado, fornecida por fabricante ou revendedor autorizado, a qual terá validação por engenheiro do quadro da Fomento Paraná e/ou profissional credenciado.

Art. 7º Os mutuários cujos contratos apresentarem valor nominal atualizado ou recalculado, na forma do artigo 3º, igual ou inferior a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na data da edição desta lei, estarão dispensados do pagamento da integralidade da dívida.

Art. 8º O saldo devedor recalculado e consolidado, nos termos dos artigos 3º e 6º, deverá ser amortizado em parcelas mensais e sucessivas, no prazo máximo de até 20 (vinte) anos contados a partir da data da aprovação da proposta, cabendo ao Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a concessão ou não de prazo de carência para início de pagamento.

Parágrafo único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade econômica, poderá solicitar forma de pagamento diversa da mensal, respeitando-se o prazo máximo de 20 (vinte) anos, devendo no mínimo, ser estabelecida a obrigação de pagamento de ao menos 1 (uma) parcela anual.

Art. 9º Os devedores que queiram liquidar sua dívida à vista farão *jus* ao desconto de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o valor recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º.

Art. 10. Caso o devedor opte pelo parcelamento de seu débito, fará *jus* a descontos progressivos do seu saldo devedor, recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º, nos seguintes percentuais:

I - Entre 2 (duas) e 12 (doze) parcelas mensais, desconto de 40% (quarenta por cento).

II - Entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, desconto de 35% (trinta e cinco por cento).

III - Entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas mensais, desconto de 30% (trinta por cento).

IV - Entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, desconto de 25% (vinte e cinco por cento).

V - Entre 49 (quarenta e nove) e 60 (sessenta) parcelas mensais, desconto de 20% (vinte por cento).

VI - Entre 61 (sessenta e uma) e 72 (setenta e duas) parcelas mensais, desconto de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

10% (dez por cento).

VII - Acima de 72 (setenta e duas) parcelas mensais, não será concedido desconto.

Art. 11. A competência para deferir dispensa, liquidação integral e parcelamento de dívida de operações que não sejam objeto de demanda judicial, é do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

§ 1º No caso de operações já ajuizadas, após a deliberação do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, o processo deverá ser encaminhado ao Conselho superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

§ 2º A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento dos honorários advocatícios, limitados a 4% (quatro por cento) sobre os valores renegociados, os quais poderão ser parcelados a critério do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 12. A adesão ao Programa de Recuperação de Ativos estabelecido na presente lei, implicará na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, além de renúncia a qualquer defesa ou recurso, administrativo ou judicial, em relação aos contratos repactuados.

Art. 13. O inadimplemento de qualquer uma das parcelas estabelecidas na repactuação, superior a 60 (sessenta) dias, implicará na imediata revogação dos benefícios, independentemente de qualquer comunicação ou notificação, com o retorno do débito ao seu valor original, retomando-se os encargos previstos no contrato originário, ficando o devedor automaticamente impedido de fazer novo pedido de repactuação com base na presente lei.

Art. 14. Fica autorizada a quitação e extinção de créditos de que é titular o Estado do Paraná, decorrentes do processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, total ou parcialmente, recalculados nos termos dos artigos 3º e 6º, mediante Dação em Pagamento de Bens Imóveis.

Art. 15. São exigências mínimas para que sejam aceitos bens em dação em pagamento:

I - o imóvel oferecido esteja localizado no território do Estado do Paraná;

II - não existam ônus sobre o imóvel, exceto de garantias ou penhoras estabelecidas em favor do Estado do Paraná ou do Banestado enquanto ainda titular do crédito;

III - o devedor esteja na posse de fato do imóvel, exceto aqueles de que o Estado do Paraná tenha a posse de fato;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV - seja efetuado à vista o pagamento do valor do crédito remanescente objeto da dação em pagamento;

V - seja efetuado o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos, estes limitados em 4% (quatro por cento) sobre o valor do crédito a ser quitado, bem como das custas judiciais, se for o caso, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

VI - seja apresentado termo de confissão de dívida e renúncia formal a eventuais direitos demandados em juízo, assinado pelo devedor principal ou devedor solidário e, quando for o caso, por seu responsável legal;

VII - esteja o imóvel livre de passivos ambientais, bem como acompanhado de demonstração pelo órgão ambiental competente da inexistência de débitos.

VIII - seja o imóvel passível de divisão sem prejuízo do todo, quando for o caso;

IX - não se enquadrar no conceito de "bem de família" da Lei Federal n. 8.009 de 29 de março de 1990;

X - a comprovação de regularidade fiscal do bem perante as Fazendas Públicas da União, do Estado-membro e do Município em que situado o imóvel.

Art. 16. Além dos requisitos previstos no artigo 15 desta Lei, a aceitação de imóvel em dação em pagamento dependerá de:

I - análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pela Agência de Fomento Paraná S/A;

II - avaliação técnica do imóvel, a ser custeada pelo interessado;

III - aprovação da dação em pagamento pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná;

IV - aprovação da dação em pagamento pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

V - lavratura da escritura de dação em pagamento e respectivo registro na matrícula.

Art. 17. O devedor que pretenda habilitar-se para dação em pagamento regulada por esta Lei deverá formalizar requerimento à Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos da Agência de Fomento do Paraná S/A, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do bem objeto do pedido da dação em pagamento, sua localização, dimensões e confrontações, bem como cópia do título de propriedade e respectivos comprovantes da inexistência de débitos de quaisquer



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

natureza.

Parágrafo único. O pedido de dação em pagamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial que discuta o débito.

Art. 18. Os imóveis objetos de dação em pagamento deverão estar acompanhados de Laudo de Avaliação, emitido por profissional capacitado e credenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

§ 1º O avaliador deverá, obrigatoriamente, visitar o imóvel e instruir a avaliação técnica com fotografias atuais do bem.

§ 2º A avaliação técnica deverá conter relatório específico discriminando a efetiva situação do imóvel quanto a:

I – riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;

II – ocupação da área do imóvel;

III – degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - existência de ocupação no imóvel apta à provocar aquisição por prescrição aquisitiva em relação aos ocupantes;

V - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.

§ 3º A ocorrência de um ou mais fatores mencionados neste artigo influirá na definição do valor do imóvel, devendo ser devidamente sopesado na elaboração da avaliação técnica e só será aceito como Dação em Pagamento se houver o efetivo interesse do Estado no imóvel em questão.

Art. 19. Uma vez concluída a avaliação técnica, o devedor será intimado para manifestar sua concordância com o valor apurado, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da intimação:

I - Havendo discordância em relação ao valor apurado, o devedor poderá formular, em igual prazo, pedido de revisão da avaliação devidamente fundamentado, ouvindo-se novamente o responsável pela avaliação no prazo de quinze dias.

II - O silêncio do requerente será interpretado como concordância tácita e irrevogável em relação ao valor constante da avaliação.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 20. Após análise do pleito pela Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos e da avaliação referida o pleito será deliberado pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a quem competirá a decisão pelo deferimento do pleito.

Parágrafo único. Quando o crédito for objeto de ação judicial, após deliberação do Comitê de Gestão e Controle o pleito será encaminhado à deliberação final pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 21. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser inferior ao débito, o saldo remanescente deverá ser quitado a vista e em moeda corrente.

Art. 22. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser superior ao débito, o devedor deverá expressamente renunciar ao direito de receber qualquer valor correspondente ao excedente.

Art. 23. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do interessado a respeito da deliberação regulada pelo artigo 20 desta Lei, e em hipótese de deferimento do pleito, deverá ser lavrada escritura pública de dação em pagamento, cabendo ao devedor a apresentação de todos os documentos e certidões indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido no *caput*, e antes da assinatura da escritura pública referida, deverá o devedor cumprir o disposto nos artigos 21 e 22 desta Lei, conforme o caso.

Art. 24. Após formalização do registro da escritura de dação em pagamento na matrícula do(s) imóvel(is) será providenciada a amortização do débito, sendo que o valor do crédito extinto será igual ao da avaliação, excetuando-se a hipótese do artigo 22 desta Lei, onde o valor do crédito extinto será aquele apurado conforme artigo 3º desta Lei, retroagindo seus efeitos à data da escritura de dação em pagamento.

Art. 25. A imissão na posse do(s) bem(ns) dado(s) em pagamento dar-se-á em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da assinatura da escritura pública, sob pena de desfazimento do negócio jurídico.

Art. 26. As despesas e tributos exigidos para a realização de instrumentos públicos, o registro e a imissão na posse do bem objeto da dação em pagamento serão de responsabilidade do devedor.

Art. 27. Após a formalização do registro da dação na matrícula do(s) imóvel(is), bem como da imissão na posse, o processo será imediatamente encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aos cuidados da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, para anotações de demais providências de controle do patrimônio público.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 28. Como forma de fomentar a economia paranaense, fica estabelecido que os recursos oriundos das recuperações dos Ativos previstos pelo Art. 1º desta lei, descontados os honorários devidos à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, serão assim destinados:

I – 90% (noventa por cento) serão integralizados junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, alterada pela lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

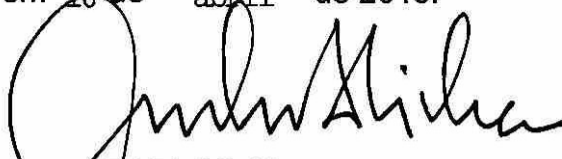
II – 10% (dez por cento) serão destinados à Fomento Paraná à título de adiantamento para futuro aumento de capital social.

Art. 29. Casos não previstos nesta lei serão apreciados e deliberados pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

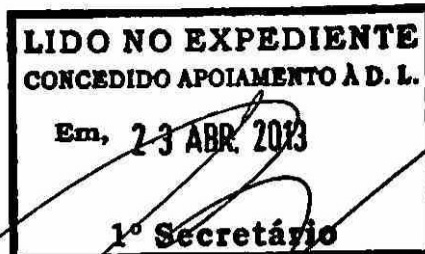
Art. 30. Ficam revogados o Decreto Estadual nº 3.398, de 23 de julho de 2004, as Leis Estaduais nºs 14.936, de 12 de dezembro de 2005, 14.937/2005, 15.943, de 03 de setembro de 2008 e 16.736, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 029 /2013

Curitiba, em 16 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 22/04/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

O presente Anteprojeto fixa regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A – BANESTADO.

Seu principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

O Estado do Paraná, por intermédio da FOMENTO PARANÁ, gestora desses ativos, vem sendo confrontado com o constante desafio de análises casuísticas de propostas de renegociação, cujos resultados, pela confusão gerada pela existência de muitas leis tratando do mesmo tema, nem sempre tem se mostrado isonômicos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.723.384-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

É na correção de diversas distorções que se encontra a motivação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado, aliada à necessidade de reversão da curva descendente do volume de renegociações que vem se observando nos últimos anos.

Para tanto, partiu-se do melhor benefício existente, contemplada na Lei 16.736/ 2010, a fim de estendê-lo a todos os devedores, de maneira isonômica e sem qualquer tipo de discriminação, sem a fixação de qualquer limite temporal, em respeito à realidade e à situação econômica de todos, independentemente da época em que vierem a aderir.

Saliente-se, ainda, que o presente Anteprojeto premia os bons pagadores, já que não os discrimina, permitindo que mutuários em situação de adimplência obtenham melhores condições para a quitação de seus débitos.

Finalmente, a presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à FOMENTO PARANÁ e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de maneira a constituir um importante incentivo à economia paranaense, por intermédio da disponibilização de linhas de crédito com baixas taxas de juros.

Assim, por estabelecer critérios mais justos e isonômicos de maneira a beneficiar indistintamente os devedores da carteira dos ativos do BANESE, ao mesmo tempo em que incentiva as renegociações aumentando o nível de recuperação dessa carteira, é que se encaminha a presente proposta para aprovação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013

Projeto de Lei nº. 146/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 029/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

EMENTA: FAZENDA. INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Fazenda, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000; eis que o presente projeto visa exclusivamente receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná, portanto não irá acarretar em acréscimo de despesa.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei,
em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes
todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO

30.04.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 029/13, que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que, não acarreta acréscimo de despesa, pois somente busca receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR






PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 029/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “ instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.”

A proposta encaminhada tem por finalidade fixar regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A - BANEESTADO.

O principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

A presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à Fomento Paraná e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a qual disponibilizará linhas de crédito com baixas taxas de juros.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o ~~§ 4º, do artigo 33~~ do Regimento Interno, nosso parecer é favorável. *art. 33 - C. Vale a norma te.*

Sala de Reunião das Comissões, 20/05/2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. Pastor EDSON
RELATOR

DR. Batista

PEDRO LUPION

GILBERTO MARTIN

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 29/13, tem por finalidade instituir Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 2013.

Scanavaca

Nelson Garcia
DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Alexandre Curi
Alexandre
CURI

Wilson Quinteiro
Relator
Wilson Quinteiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fls. 30

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013

Fica suprimido o § 2º do Artigo 11 do Projeto de Lei nº 146/2013.

Artigo 11...

"§2º. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento dos honorários advocatícios, limitados a 4% (quatro por cento) sobre os valores renegociados, os quais poderão ser parcelados a critério do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná,"

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2013.

15:05 10/09/2013 007886 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa suprimir o parágrafo 2º do Artigo 11 do referido projeto que condiciona a liberação dos benefícios relativos aos créditos ajuizados oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios.

Tal procedimento agilizará a liberação dos recursos que se pretende e possibilitará ao Estado melhor negociação da forma de pagamento destes honorários.

Emenda de Plenário nº 01

DAP 10 SET. 2013

Visto Claudia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança da Oposição



Emenda de Plenário nº	02
10 SET. 2013	
DAP	
Visto	laudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013

Súmula: Altera os incisos I e II do artigo 28 e insere o inciso III ao mesmo artigo, do Projeto de Lei nº 146/2013.

Altera os incisos I e II do artigo 28 e insere o inciso III ao mesmo artigo, do Projeto de Lei nº 146/2013, que passam a contar com a seguinte redação:

I – 40% (quarenta por cento) serão integralizados junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, alterada pela Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

II – 10% (dez por cento) serão destinados à Fomento Paraná à título de adiantamento para futuro aumento de capital social;

III – 50% (cinquenta por cento) serão destinados a investimentos na área da saúde no âmbito do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.


Elton Welter
Líder da Oposição


Enio Verri
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 03

DAP 10 SET. 2013

Visto *Cláudio*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 146/2013

~~PROJETO DE LEI Nº 146/2013~~
~~PROJETO DE LEI Nº 146/2013~~

DAP

Fls. 32

Art. 1º O art. 3º do Projeto de Lei nº 146/2013 passa a tramitar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 3º Os contratos serão recalculados a partir da liberação original dos recursos, excluindo-se todo e qualquer aditamento já formalizado, bem como quaisquer penalidades e ou encargos acessórios, adotando-se como parâmetro de atualização das dívidas, correção monetária pela TAXA REFERENCIAL – TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, deduzindo-se os pagamentos efetuados, passando a ser este o valor devido.

Parágrafo único. O recálculo previsto no caput, bem como os demais benefícios previstos na presente Lei, somente poderão ser utilizados, conforme a situação específica de cada contrato, para a concessão de descontos, parcelamentos e quitação dos débitos, sendo vedada a restituição de valores aos mutuários.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.

Ademar Traiano
Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Nelson Justus
Nelson Justus

Rasca
Rasca

Belinati
Belinati

Alceu Maron
ALCEU
MARON

15:24 10/09/2013 007965 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE AS EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO *QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS, ORIUNDOS DAS OPERAÇÕES DE TITULARIDADE DO ESTADO DO PARANÁ, ADQUIRIDOS POR OCASIÃO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.*

Emenda nº 01 - Supressiva - Autor Deputado Rasca Rodrigues

Emenda nº 02 - Modificativa - Autores Deputados Elton Welter, Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer

Emenda nº 03 - Aditiva - Autor Deputado Ademar Traiano

ARTS. 33 -A, I. ARTS. 137, §1º, §3º, §4º E §5º E ART. 141, I, II, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS Nº. 01 E 03. E REJEIÇÃO DA EMENDA Nº. 02.

I - RELATÓRIO

Vieram a essa Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de serem analisadas nos termos regimentais as emendas apresentas em plenário ao Projeto de Lei nº , 146/2013, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná

S/A.

VISTA EM 17/09/2013

Elton Welter



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Conforme se verifica, em data de 10 de setembro de 2013, referido projeto recebeu 03 (três) Emendas de Plenário em segunda discussão, sendo uma Emenda Supressiva, uma Emenda Modificativa e, por fim, uma Emenda Aditiva.

É O BREVE RELATÓRIO.

II – ANÁLISE

Em breves linhas, conforme a disposição regimental cabe esta comissão emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95/98, conforme dispõe o artigo 33-A, Inciso I¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP).

Este controle preventivo de constitucionalidade se dá justamente com finalidade de se evitar a introdução, ao ordenamento jurídico, de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.²

Pois bem,

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.[...]

² Em relação à Comissão de Constituição e Justiça cumpre-me mencionar que detém um importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Em relação a possibilidade de emendar as proposições em trâmite nesta Casa Legislativa deve-se observar o Regimento Interno desta Casa de Leis, o qual estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista que as três emendas apresentadas foram propostas em 2º Discussão na Sessão Plenária de 10 de setembro de 2013, todas apoiadas pelo número de cinco Deputados.

EMENDA Nº 01 - SUPRESSIVA – DEPUTADO RASCA RODRIGUES

A emenda nº. 01, em síntese, pretende suprimir o parágrafo 2º do Art. 11 do referido projeto, que condiciona a liberação dos benefícios relativos aos créditos ajuizados oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios.

O Regimento Interno, em seu art. 137, classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que a emenda, ora apresentada, está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, e, por isso, não encontra nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, a Emenda Supressiva apresentada em Plenário, **deve ser aprovada**, uma vez que apresenta convergência com o projeto de lei em questão, bem como com a legislação vigente e técnica legislativa utilizada.

EMENDA Nº 02 - MODIFICATIVA – DEPUTADOS ELTON WELTER, ENIO VERRI, LUCIANA RAFAGNIN, PÉRICLES DE MELLO, PROF. LEMOS, TADEU VENERI E TONINHO WANDSCHEER

A emenda n.º 02, em síntese, visa modificar os incisos I e II do artigo 28 do projeto em questão, bem como inserir o inciso III ao mesmo artigo, que passará a contar com a seguinte redação:

"I - 40 % (quarenta por cento) serão integralizados junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei nº. 4.529, de 12 de Janeiro de 1962, alterada pela Lei nº. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

II - 10% (dez por cento) serão destinados a Fomento Paraná a título de adiantamento para futuro aumento de capital social;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



III - 50% (cinquenta por cento) serão destinados a investimentos na área da saúde no âmbito do Estado do Paraná."

Todavia, atualmente, a gestão do fundo compete à Agência de Fomento do Estado do Paraná S/A - Fomento Paraná - conforme preconiza o Decreto Estadual sob nº. 3.414/2001, abaixo colacionado:

Decreto 3.414 - 18 de Janeiro de 2001

Art. 1º. Nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, a gestão administrativa e financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, criado pela Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e regido pela Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, fica transferida para a Agência de Fomento do Paraná - S.A.

Art. 2º. Ficam convalidados os atos praticados a partir de 02 de outubro de 2000, com base no "Instrumento Particular de Formalização e Transferência de Gestão, Protocolo de Entrega de Documentos e Outras Avenças" firmado, na mesma data, entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. e o Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

O Estado do Paraná, por força do disposto no art. 172³ da Constituição Estadual, instituiu o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE –, por meio da Lei Estadual nº 10.703/1994.

O FUNSAÚDE hoje é regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 152/2012, que o enquadra como “*unidade gestora dos recursos financeiros*”

³ Art. 172. O Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 1º O volume dos recursos a esse fim destinados pelo Estado e Municípios será definido em suas respectivas leis orçamentárias.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



*destinados às ações e serviços públicos de saúde, desenvolvidos, direta e indiretamente, pelo Poder Público*⁴.

Assim sendo, toda e qualquer destinação de valores às ações do serviço público de saúde devem ser alocadas no referido Fundo.

A mesma Lei Complementar que regulamentou o FUNSAÚDE definiu o rol taxativo de suas receitas, descritas no art. 6º, abaixo colacionado:

Art. 6º As receitas do FUNSAÚDE são constituídas:

I - por no mínimo 12% (doze por cento) da arrecadação anual dos impostos estaduais a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, observando-se o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

II - pelas transferências regulares e automáticas de recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS, na forma estabelecida pela legislação pertinente, inclusive em situações de emergência e/ou calamidade pública;

III - pelos rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

IV - pelo produto de convênios, acordos nacionais e internacionais e de outros ajustes congêneres;

V - pelo produto de arrecadação de taxas de saúde pública, multas e juros de mora por infrações à legislação sanitária;

⁴ Art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 152/2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



- VI - pelas parcelas de produto de arrecadação de outras receitas oriundas de prestação de serviços decorrentes de convênios e outros instrumentos congêneres firmados;*
- VII - por doações financeiras recebidas;*
- VIII - pelo produto das operações de crédito;*
- IX - pelo produto de alienação de bens;*
- X - por saldos do exercício anterior apurados em seu respectivo balanço;*
- XI - por restituições devidas ao FUNSAÚDE, comprovadas por auditoria, de pagamentos indevidos cobrados pela prestação de serviços de média e alta complexidade;*
- XII - por ressarcimento de serviços prestados no âmbito do SUS a pacientes de planos privados de saúde;*
- XIII - por devolução de convênios firmados pela SESA com recursos do FUNSAÚDE;*
- XIV - por outras multas aplicáveis.*

Conforme acima exposto, no rol taxativo do art. 6º não há menção alguma à possibilidade de alocar valores oriundos da recuperação de ativos do Estado do Paraná no FUNSAÚDE. Assim sendo, não existe permissivo legal que justifique a alteração proposta.

Ao contrário do que ocorre com o FUNSAÚDE, o FDE admite o ingresso de recursos de fontes diversas, conforme preconiza o art. 2º da Lei Estadual nº 5.515/1967, abaixo colacionado:

Art. 2º. Constituem recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico:

g) créditos adicionais do Estado e recursos não reembolsáveis, provenientes de outras fontes.

Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE são públicos e oriundos do orçamento do Estado do Paraná, através de rubrica específica e repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda, bem como, àqueles recursos que



retornam ao seu patrimônio decorrentes do pagamento de operações financeiras celebradas e os decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis recebidos.

Assim, quando da concepção da Lei Estadual nº 5.515/1967, o legislador pretendeu criar mecanismos de manutenção e crescimento do Fundo, com base nas operações financeiras realizadas pelo Gestor do mesmo, constituindo como receita do FDE “o produto de amortizações, juros, taxas, comissões dividendos e outros interesses resultantes da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico”⁵.

Diante disso, verifica-se que a intenção do Projeto de Lei é justamente a de fortalecer o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, com o retorno do capital investido ao próprio Fundo. Ademais, a destinação de valores para investimento na área de saúde vai de encontro ao próprio *caput* do artigo 28 do Projeto de Lei em questão.

Evidencia-se que *mens legis* do Projeto de Lei pretende fomentar a economia paranaense, destinando valores ao FDE para que sejam alocados nas mais diversas áreas de desenvolvimento econômico e tecnológico, por meio dos empréstimos realizados pelo Gestor do Fundo.

Para tanto, basta efetuar a leitura do *caput* do referido artigo:

Art. 28. Como forma de fomentar a economia paranaense, fica estabelecido que os recursos oriundos das recuperações dos Ativos previstos pelo Art. 1º desta lei, descontados os honorários devidos à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, serão assim destinados:

⁵ Art. 2º, alínea “c”, da Lei Estadual nº 5.515/1967.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Portanto, verifica-se a existência de vício formal na proposta de inclusão do inciso III ao artigo 28, e alteração do inciso I, uma vez que há incompatibilidade entre o investimento na área da saúde e o fomento à economia paranaense, desvirtuando totalmente a finalidade da propositura da lei.

Assim sendo, constata-se que a alteração pretendida pela em análise não possui respaldo legal, por destinar valores diversos do estabelecido em Lei Complementar à área de saúde, além de desvirtuar a própria intenção do legislador, obstaculizando o fomento à economia paranaense e enfraquecendo o Fundo de Desenvolvimento Econômico.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

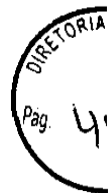
Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa de n.º 02 apresentada em Plenário, está em dissonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a ausência de coesão ao projeto inicial. Portanto, a alusiva Emenda encontra óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **rejeitada.**



Gabinete Deputado PEDRO LUPION



EMENDA Nº 03 - ADITIVA - DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

A emenda n.º 03, em síntese, tem por objetivo incluir ao artigo 3º do presente projeto um parágrafo único que depara com a ulterior redação: “*O recálculo previsto no caput, bem como os demais benefícios previstos na presente Lei, somente poderão ser utilizados, conforme a situação específica de cada contrato, para a concessão de descontos, parcelamentos e quitação dos débitos, sendo vedada a restituição de valores aos mutuários.*”

O art. 137, § 3º e 5º do Regimento Interno desta Casa de Leis, prevê a possibilidade de Emenda Aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.
(grifos nossos)

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Ante do artigo acima mencionado, constata-se que a emenda apresentada está coerente com os ditames constitucionais, e, por consequência disso, não encontra óbice para prosperar. Destarte, haja vista a existência de relação direta da referida Emenda com o projeto inicial, não há óbice para seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

É O VOTO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

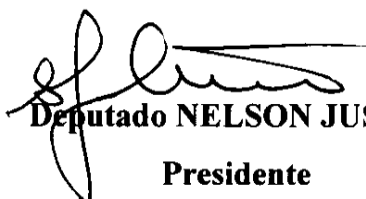
Gabinete Deputado PEDRO LUPION

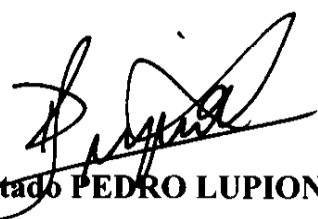


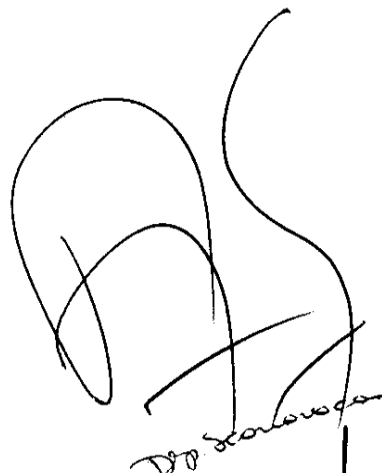
III - CONCLUSÃO

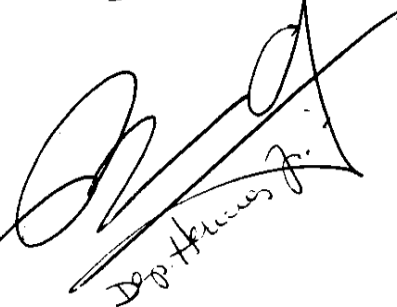
Diante do exposto, em sede de análise prévia, por estarem presentes todos os requisitos legais e constitucionais, bem como resta presente consonância com o artigo 137 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, opina-se pela **APROVAÇÃO das Emendas nº. 01 e 03 e REJEIÇÃO da Emenda nº. 02.**

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 2013.

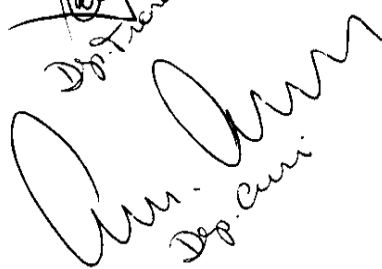

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Scorsone


Dep. Herculano


Dep. Luciano


Dep. Curic


Dep. Turiani


Dep. Pastor


Dep. Pericles
APROVADO
24/09/13

VOTO CONTRARIO AO PARECER
Tadeu Terezi
Pericles mello
24/09



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 359/13

Súmula: Altera a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 3º ...

VII – certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a propriedade do imóvel, nos casos em que o objeto do repasse de recursos públicos seja a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra ou serviço de engenharia.

§ 9º A aplicação de recursos públicos na construção, ampliação, reforma ou conclusão de obra ou serviço de engenharia em imóvel de propriedade das entidades previstas no "caput" deste artigo somente poderá ocorrer quando o estatuto social da entidade previr, em caso de sua extinção ou de cessação de suas atividades, a destinação do imóvel para outra instituição congênere ou ao Poder Público.

§ 10 A certidão prevista no inciso VII do art. 1º desta lei poderá, por relevante motivo de interesse público, ser substituída por contrato ou compromisso, irrevogável e irrevogável, de constituição de direito de uso, de natureza real ou obrigacional, celebrados na forma da lei e observadas as seguintes condições:

I – que o imóvel onde será executado o projeto seja de propriedade do Poder Público; e

II – que o instrumento do contrato, ou do compromisso, contenha cláusula de garantia de uso do imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos."

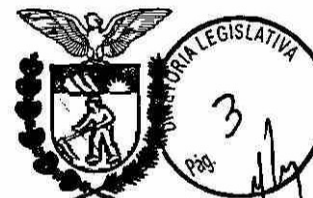
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de agosto de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 079 /2013

Curitiba, 13 de agosto de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 19/AGO/2013

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 15/08/2013

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

A referida Lei autoriza o Poder Executivo a realizar repasse de recursos públicos mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na forma nela prevista.

Por meio do acréscimo proposto, pretende-se incluir como requisito para o repasse, quando este tiver por objeto a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra, a possibilidade de apresentação de documento probatório da posse do imóvel, nos casos em que não se detêm a titularidade.

A presente proposta vem ao encontro do que prevê a legislação federal, quando o assunto versa sobre repasse de recursos federais, no caso, o art. 39, § 2º, inciso II da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, que regula o artigo 18 do Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Transliterando a previsão para a legislação estadual, acrescentamos tratar-se de cessão de uso de imóvel de titularidade do Poder Público, tendo em vista que não são raros os casos de terrenos pertencentes ao Estado do Paraná ou a Municípios, cedidos para entidades sem fins lucrativos e, dessa forma, ainda que as referidas entidades detenham tão somente a posse, decorrente de termo de cessão, o recurso público aplicado para a realização ocorrerá em bem de propriedade do Poder Público.

Quanto ao prazo estipulado na proposta, estabelece-se como sendo de cinco anos, prazo comumente usado pelo Estado.

O Código Civil estabelece no rol dos direitos reais, previstos no

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.003.218-6



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

seu art. 1225, dentre outros, o uso, a concessão de direito real de uso e a concessão de uso especial para fins de moradia. Para além destes institutos, a Administração Pública se serve de outros instrumentos, de natureza obrigacional, para outorgar o uso exclusivo por particular de imóvel público, de que são exemplos a cessão de uso e a concessão de uso.

Diante do exposto, no intento de abarcar o maior leque de situações em que a entidade sem fins lucrativos se serve da posse de bem de domínio público para exercer suas atividades de utilidade pública, a presente medida sugere que as diversas figuras, tanto de natureza real quanto obrigacional, estejam agasalhadas no preceito legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

**Lei 16244 - 22 de Outubro de 2009**

Publicado no Diário Oficial nº. 8082 de 22 de Outubro de 2009

Súmula: Autoriza o Poder Executivo realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme específica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º. ...Vetado...

§ 2º. ...Vetado...

§ 3º. O repasse de que trata o "caput" deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou fases programadas;

~~IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;~~

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;"
(Redação dada pela Lei 17614 de 09/07/2013)

V - existência de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado na entidade recebedora;

VI - declaração da entidade recebedora de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações.

§ 4º. ...Vetado...

§ 5º. ...Vetado...

§ 6º. Anualmente deverão ser publicados os balanços correspondentes ao resultado das aplicações dos recursos recebidos e também divulgados no site oficial do Governo do Estado.

§ 7º. ...Vetado...

§ 8º. ...Vetado...

Art. 2º. ...Vetado...

Art. 3º. É solidariamente responsável com a entidade recebedora dos recursos, o ordenador da despesa do órgão repassador, quando não atendidos os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º. A aprovação formal do instrumento, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, é condição obrigatória para realização do repasse.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de outubro de 2009.

Roberto Requião
Governador do Estado

Enio José Verri
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/2013

Projeto de Lei nº 359/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 079/13

Súmula: Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

EMENTA: ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI ESTADUAL 16.244/2009. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGO 65 E 87, IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 079/2013, visa alterar a redação do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à iniciativa do presente projeto, a Constituição do Estado do Paraná prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dispõe ainda o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Importante a menção ao artigo 87 da Constituição Estadual,
que versa sobre a competência do Governador do Estado:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

**IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição;**

Dessa forma, não existem óbices para a aprovação do
projeto, tendo o devido respaldo constitucional, estando presentes os requisitos
necessários para seu trâmite, merecendo aprovação por parte desta Comissão
de Constituição e Justiça.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa,
previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se
adequado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto
de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de
técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

20/08/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 079/13, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, inciso VII.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa realizar repasse de recursos públicos mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na forma nela prevista.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65 e 87 da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta vem ao encontro do que prevê a legislação federal, quando o assunto trata de repasse de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO


Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/08/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

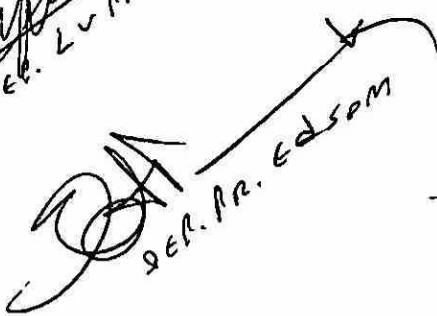

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
RELATOR


DEP. WILSON


DEP. ENRO


DEP. WALDYR PUGLIESI


DEP. LÚCIO


DEP. AR. EDSON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	01
DAP	11 SET. 2013
Visto	<i>Cláudio</i>

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 359/2013



Altera a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido com o seguinte inciso VII:

"VII – certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a propriedade do imóvel, nos casos em que o objeto do repasse de recursos públicos seja a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra ou serviço de engenharia."

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 16.244, de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 9º e 10:

"§ 9º A aplicação de recursos públicos na construção, ampliação, reforma ou conclusão de obra ou serviço de engenharia em imóvel de propriedade das entidades previstas no "caput" deste artigo somente poderá ocorrer quando o estatuto social da entidade previr, em caso de sua extinção ou de cessação de suas atividades, a destinação do imóvel para outra instituição congênere ou ao Poder Público."

"§ 10. A certidão prevista no inciso VII do § 3º do art. 1º desta Lei poderá, por relevante motivo de interesse público, ser substituída por contrato ou compromisso, irretratável e irrevogável, de constituição de direito de uso, de natureza real ou obrigacional, celebrados na forma da lei e observadas as seguintes condições:

I – que o imóvel onde será executado o projeto seja de propriedade do Poder Público;

II – que o instrumento do contrato, ou do compromisso, contenha cláusula de garantia de uso do imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo





Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2013.



Ademair Traiano
Deputado Estadual

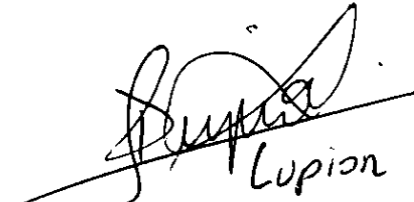
JUSTIFICATIVA

A presente emenda faz-se necessária, a fim de adaptar o texto do Projeto de Lei às normas de técnica legislativa constantes na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


André Bueno

Accorsi


Ney


Élio Rusch


Lupion



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 359/13

Projetos de Lei nº 359/2013 – mensagem – 079/2013

Autor da Emenda Substitutiva Geral de Plenário: Dep. Ademar Traiano

Súmula: Altera a redação do art. 1º da Lei nº. 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, w no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº. 16.244, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009, ACRESCENTANDO-LHE OS PARÁGRAFOS 9º E 10, W NO SEU PARÁGRAFO 3º, O INCISO VII. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E §5º E ART. 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação do art. 1º da Lei nº. 16.244, de 22 de outubro de 2009.

Ocorre que, em data de 11 de setembro de 2013, em segunda discussão, o presente projeto de lei recebeu Emenda - Substitutiva Geral - de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva Geral de Plenário.**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

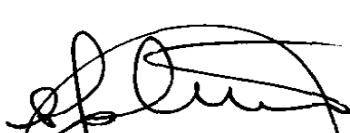
24/09/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


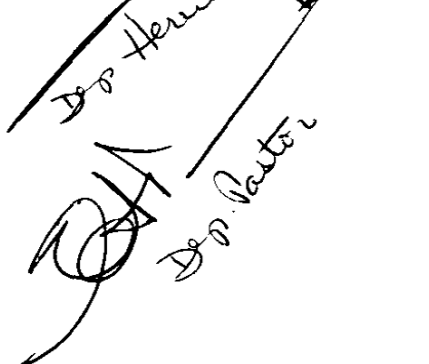


Sala das Comissões, 24 setembro de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator


Dep. Heciano


Dep. Hermes P.

Dep. Pastor


Dep. Pereira

Dep. Nereu


Dep. Thini


Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/05/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1713

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 19 AGO. 2013
1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

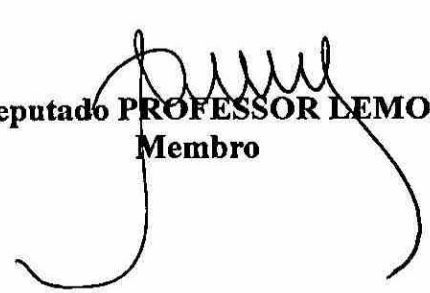
Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013.


Deputado PARANHOS
Presidente


Deputado NEREU MOURA
Relator


Deputado GILBERTO MARTIN
Membro

Deputado BERNARDO CARLI
Membro


Deputado PROFESSOR LEMOS
Membro


Deputado ROBERTO ACIOLLI
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Fernando Scanavaca, protocolado sob o nº 6446/12-DAP, de 22/10/12 e constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12.

Importante esclarecer que a minuta de Projeto de Lei criando o PROCON-ALEP restou excluída do relatório final em razão da existência da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR - órgão do Poder Executivo, subordinado à estrutura programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que já cumpre as funções de recepcionar as reclamações dos cidadãos que sofreram lesões em suas relações consumeristas e buscar soluções.

Da mesma forma, o art. 33-P do Regimento Interno desta Casa de leis prevê a competência da Comissão permanente de Defesa do Consumidor para “receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor”, sendo, portanto, desnecessária a criação de outra estrutura – que importa em geração de despesa – para cumprir igual finalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



INFORMAÇÃO

Senhora Diretora,

Informo que a CPI da Telefonia Móvel, criada em 6 de novembro de 2012, através do Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12, procedeu à entrega de seu relatório final na Sessão Plenária do dia 7/8/13, protocolado sob o nº 6824/13-DAP, o qual necessita, para torná-lo apto à publicação, sejam desentranhadas as seguintes partes:

- 3.1 – Do Histórico da Constituição da CPI.
- 3.2 – Da 1ª Reunião Ordinária da CPI, pois a ata já está publicada e o plano de trabalho e regime de metas é de resolução interna da CPI.
- Dos itens: 3.3, a Lei nº 2666/02; 3.4, a Lei nº 3384/07 e anexos; 3.5, a Lei nº 975/90; 3.6, a Lei nº 1202/02; 3.7, a Lei nº 11.233/12; 3.8, a Lei nº 8462/01; 3.11, a Lei nº 157/12, e 3.12, a Lei nº 11.535/05.
- Dos itens 3.13, 3.14, as atas de reuniões, tendo em vista já haverem sido publicadas.
- Proposição de criação do PROCON-ALEP, em razão de incompatibilidade com o Regimento Interno em seu art. 33, II, competência da Comissão Executiva dispor sobre a criação, transformação e extinção de serviços do Poder Legislativo, e art. 33-P, já que concorre com a competência da Comissão de Defesa do Consumidor.
- Agradecimentos.

Curitiba, 12 de agosto de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

CONFERE COM O ORIGINAL

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Presidência da CPI.

Lúcia Felicidade Dias
Diretora Legislativa



Processo Legislativo

Comissões Permanentes

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PARA INCLUSÃO DOS ITENS 6.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15 E 7.16

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 07 AGO. 2013
1º Secretário

2013

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA TELEFONIA MÓVEL

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos; Vice Presidente: Deputado Professor Lemos
Relator: Deputado Nereu Moura; Relator Adjunto: Deputado Gilberto Martin;
Membros Efetivos: Deputado Luiz Carlos Martins;
Deputado Bernardo Ribas Carli; Deputado Roberto Acioli.

2. Introdução.

Nós Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tivemos a honra de receber a obrigação advinda do soberano Plenário desta Casa de Leis, de cumprirmos a missão de investigar na forma de inquérito, os serviços de telefonia móvel no âmbito territorial Paranaense, respeitado o fato determinado a apurar constante do Ato do Presidente nº 020/2012.

Foi um período difícil esse do findar de 2012 e início de 2013, motivado pelas mudanças das composições político partidárias, resultantes das eleições municipais, e também da assunção de membros da CPI, no cargo de Secretário de Estado, situação que impediu a instalação e a eleição de Presidente e Relator da CPI logo após sua constituição. Assim sendo, tão somente em 17 de Abril do corrente ano, iniciaram-se efetivamente os trabalhos, tendo a Comissão, apenas o exíguo prazo de menos de dois meses para a consecução dos objetivos.

Pois bem, mesmo com as dificuldades acima relatadas, os membros da CPI acompanhados por excelente equipe técnica, conseguiram em curto espaço de tempo, realizar o maior trabalho de CPI já promovido por esta Assembleia Legislativa, com resultados efetivos diretamente aplicados à

16:04 07/08/2013 00:6524 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



população do Paraná, em especial aos consumidores do SMP- Serviço Móvel Pessoal.

Criamos e executamos um Plano Estratégico de Trabalho e Regime de Metas, visitando as regiões de 10 grandes cidades Paranaenses, coletando opiniões, sugestões, reclamações e denúncias concernentes à telefonia móvel.

Temos convicção de que alcançamos os objetivos, conseguindo realizar um "Raio X" dos problemas enfrentados pelos usuários e aferir o grau de satisfação da população e dos consumidores.

Produzimos um Relatório Final, embasado em um Banco de Dados com milhares de documentos, que geraram mais de 17 *gigabytes* de informações.

Antecipadamente, agradecemos à Comissão Executiva na pessoa de sua excelência o Deputado Presidente, Valdir Luiz Rossoni, que atendeu aos preceitos regimentais, em especial os contidos no § 6º, do artigo 36, dando atendimento preferencial às demandas da CPI.

Agradecemos também, a todos os Deputados integrantes da CPI; ao Deputado Presidente da CPI, Leonaldo Paranhos, pela organização e controle da Secretaria Geral da CPI; ao Deputado Vice Presidente Professor Lemos que sempre presente contribuiu com boas ideias; ao Deputado Relator Adjunto Gilberto Martin que corroborou em muito para a consecução deste Relatório; e aos demais Membros Efetivos, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Bernardo Ribas Carlí e Deputado Roberto Aciolli, pelo brilhantismo, apoio e coragem, que muito colaboraram para o bom desempenho do inquérito e principalmente, pelas conclusões integralmente expressas neste documento.

Não podemos deixar de conotar, que todas as operadoras, sem exceção, mesmo exercendo a defesa de seus interesses, em momento algum desmereceram os trabalhos da CPI, apesar da liminar concedida pelo Judiciário que garantiu às empresas o direito de permanecer caladas, sendo que por fim, demonstraram respeito ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, principalmente ao acatarem a imposição de um Termo de Ajustamento de suas condutas, em benefício dos consumidores e da evolução das telecomunicações no âmbito do Estado do Paraná.

Assim sendo, convidamos os consulentes a terem acesso às conclusões da CPI, adiante expostas, após relato pormenorizado neste documento, das ações implementadas e, também, por meio do sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde transparentemente, na integralidade, constará o presente Relatório para acesso de todos e registro futuro.




DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR DA CPI



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

DAP
Fls. 144

Emenda de Plenário nº	01
27 AGO. 2013	
DAP	
Visto	Claudio

EMENDA MODIFICATIVA Projeto de Resolução nº 17/13

Altera a redação do último parágrafo da conclusão nº 03, do Relatório Final da CPI da Telefonia Móvel, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Neste sentido a CPI entende que o Relatório Final deve ser encaminhado ao Ministério Público Federal, para análise.”

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2013.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual

Justificativa:

Justifica-se a presente emenda considerando a necessidade de preservar a competência de investigação em relação ao Órgão Federal que fiscaliza a Telefonia no País.

③ Pedro Lygon

④ Hermes Jr.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 17/13

Projeto de Resolução nº 17/2013

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Resolução em análise, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

Ocorre que, em data de 27 de agosto de 2013, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se, agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda apresentada em Plenário.

Sala das Comissões, 24 setembro de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator

APROVADO

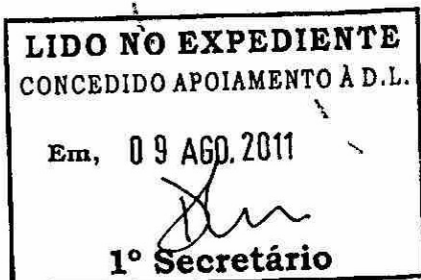
24/09/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS



Projeto de Lei nº 621/11

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Fundação Coral de Medianeira" com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Fundação Coral de Medianeira" com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2011.



PARANHOS
Deputado Estadual - PSC

JUSTIFICATIVA

A Fundação Coral de Medianeira é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem como objetivos principais: promover o aprimoramento e o cultivo do canto coral, com ou sem instrumentos, estimular os estudos e as pesquisas relacionadas a musica e seus complementos, adaptar e estimular trabalhos de educação musical no que compete ao ritmo, coreografia, promoção integral do conjunto e ou individual, desenvolver a cultura e o treinamento de pessoas que possuem em habilidades sonoras ou artísticas e demais objetivos estatutários.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Fundação Coral de Medianeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 621/2011

Projeto de Lei nº. 621/2011
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"FUNDAÇÃO CORAL DE MEDIANEIRA" com
sede e foro no Município de Medianeira.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FUNDAÇÃO CORAL DE MEDIANEIRA**, com sede e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, em 20 de Agosto de 2013.

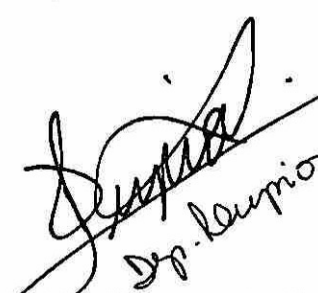

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Fenuos P.

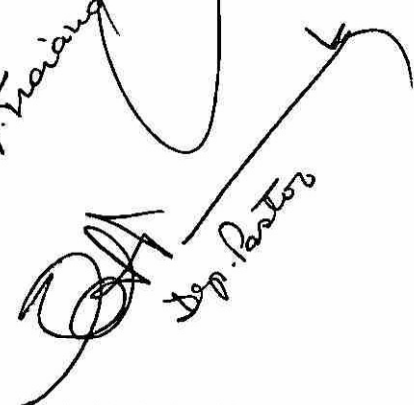

Dep. Fereu


Dep. Turini


Dep. Karpion


Dep. Maiana


Dep. Fodreu


Dep. Pastor



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 DEZ. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 036/12

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "GABAON", a ser realizado no carnaval.

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o GABAON, a ser realizado no carnaval.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

Neu
NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o GABAON, a ser realizado no Carnaval.

O Gabaon é considerado o maior Carnaval cristão do Paraná. Tornou-se uma opção diferente para quem fica em Curitiba no feriadão. Tudo começou em 1990, quando dois grupos de jovens queriam festejar o Carnaval, mas com opções ligadas aos interesses deles. O Gabaon tem um programa que envolve música, brincadeira e reuniões, mas tudo ligado à religião e sem qualquer relação com bebida alcoólica. Existem atividades para todas as idades, o que atrai muitas famílias. "À noite, realizamos bailes, com axé, forró, DJs. Fica uma balada e os jovens participam bastante. Embora tenha o cunho religioso, a diversão é garantida", comenta Rafael Durães, da organização do Gabaon. Ao mesmo tempo, é um momento de oração e pregação.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 636/2012

Projeto de Lei nº. 636/2012

Autora: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado o GABAON, a ser realizado no carnaval.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O GABAON A SER REALIZADO NO CARNAVAL. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o "GABAON", a ser realizado no carnaval.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



apoiará e incentivará a valorização e a
difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora
preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e
integrada com a União, Municípios e a
sociedade, tem o dever de assegurar os
direitos relativos à saúde, à
alimentação, à educação, ao lazer, à
profissionalização, à capacitação para o
trabalho, à cultura e de cuidar da
proteção especial da família, da mulher,
da criança, do adolescente, do idoso e
do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao
disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Alexandre Curi
DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Dep. Scauro

Dep. Carli

Dep. Campos

Dep. Furini

Dep. Pastor

Dep. Lupion

APROVADO

16/07/13

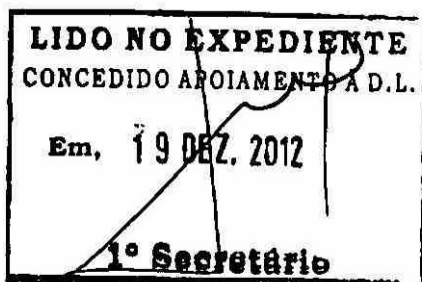


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 659/12



Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Art. 1º O comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Parágrafo único. Os artigos de conveniência serão expostos em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em balcões, estantes ou gôndolas e separados dos medicamentos.

Art. 2º As lojas de conveniência e drugstores poderão funcionar no mesmo estabelecimento das farmácias e drogarias, desde que as atividades nelas desenvolvidas façam parte do objeto social da sociedade e mediante a expedição, pelo órgão responsável pelo licenciamento, de alvarás sanitários específicos, atendido o disposto no parágrafo único do art. 1.

Art. 3º É proibida a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, no que couber, às penalidades previstas nos artigos 56 a 50 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa, que o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

O projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

Cabe salientar ainda que, considera-se prestação de serviço de utilidade pública, como sendo o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transportes públicos.

Os artigos de conveniência em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em prateleiras, estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,
sobre o Projeto de Lei n. 659/2012, de
autoria do Deputado Alexandre Curi que
*DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO DE ARTIGOS DE
CONVENIÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EM FARMÁCIAS E DROGARIAS.*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, objetiva regulamentar a venda de artigos de conveniência e a prestação de serviços, de interesse do consumidor, nas farmácias e drogarias do Estado do Paraná.

Conforme a justificativa apresentada junto ao Projeto de Lei (PL) em análise, a pretensa legislação possibilitará às farmácias e drogarias a comercialização de



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



artigos de conveniência, desde que observadas as regras de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento. Ainda, restará permitida a prestação de serviços, quando presente o interesse público e a utilidade pública.

Ainda, aduz que as prestações de serviço a que se refere seriam, a exemplo, o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários. Bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transporte público.

Salienta que os artigos de conveniência deverão ser expostos e vendidos em suas embalagens originais, devidamente lacradas, em prateleiras e estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Por fim, a proposição veda a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados. (cf. Art. 3º)

Em relação a punição do descumprimento da norma, há a previsão de aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



II- DO VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico é obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.⁵

Da análise do Projeto de Lei em apreço se verifica que versa sobre matéria acerca de consumo e proteção e defesa da saúde, uma vez que visa estabelecer a venda de artigos de conveniências e prestação de Serviços pelas drogarias e farmácias do Estado do Paraná.

Em relação a constitucionalidade material da proposição, não se verifica qualquer óbice a sua regular tramitação perante esta Casa Legislativa, não ferindo qualquer preceito constitucional.

Ao contrário, analisando atentamente a preposição o que se verifica é que essa busca a efetividade do princípio constitucional da Livre Iniciativa, possibilitando a livre circulação de bens e serviços.

O princípio da Livre Iniciativa é considerado como fundamento da ordem econômica e atribui a iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica, cabendo ao Estado apenas uma função supletiva, pois a Constituição Federal determina que a ele cabe apenas a exploração

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



direta da atividade econômica quando necessária a segurança nacional ou relevante interesse econômico (CF, art. 173) ⁶.

Ademais, o presente PL vem dar efetividade as Instruções Normativas da ANVISA nº 09/09 e 09/10, conforme inclusa documentação.

Além disso, a Carta Magna da República em seu artigo 196 aduz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste mesmo sentido, determina a Constituição Estadual:

⁶ Acerca do princípio da livre iniciativa V. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 17ª Edição, São Paulo. Melhoramentos, 2000.p.300



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Importante ressaltar o voto do Ministro Ari Pargendler do Superior Tribunal de Justiça na AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.200 DF (2010/0032653-8):

Sabido que legislações estaduais permitem o comércio de 'artigos de conveniência' em farmácias, listando como tais produtos que não prejudicam a saúde (v.g., filmes fotográficos, isqueiros, água mineral, etc.), [...]

Em relação a constitucionalidade formal, a matéria insere-se na competência concorrente do Estado, consoante o disposto no artigo 24, inciso V e XII da Constituição Federal⁷.

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]*

⁷ No mesmo sentido é o artigo 13 da Constituição do Estado do Paraná ao estabelecer que: 'Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:[...] V - produção e consumo; [...] XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;'



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



V - produção e consumo;

[...]

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Quanto à legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁸ No mesmo sentido é o artigo 124⁹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em relação a iniciativa legislativa não há qualquer restrição e/ou reserva, revelando-se legítima a apresentação do projeto por parte de Parlamentar.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas

⁸ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁹ Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao presente projeto de lei, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Neste mesmo sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Ante o exposto, me ative exclusivamente à análise da constitucionalidade (material e formal) do Projeto de Lei em apreço, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise na Comissão competente.

É O VOTO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

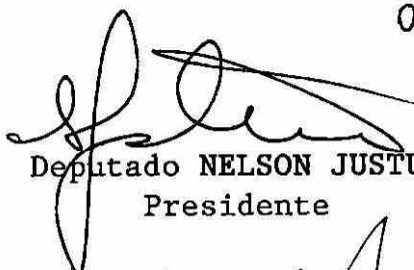


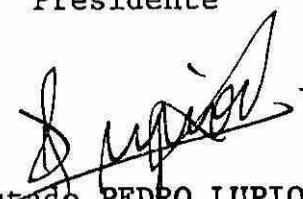
III - CONCLUSÃO

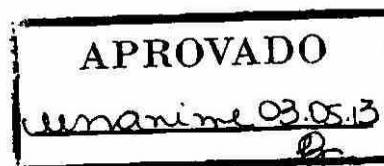
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, ~~26~~ de fevereiro de 2013.

05 março


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Autor: DEPUTADO ALEXANDRE CURI.

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

De acordo com o que determinam os artigos 137, §4º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificadas as redações da Súmula e do art. 1º do Projeto de Lei 659/12, passando a ser assim redigidas:

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência.

Art. 1º. O comércio de artigos de conveniência poderá ser realizado em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

05 março

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

-11-

03.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Autor: Deputado Alexandre Curi.
Relator: Deputado Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA: projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CAÍTO QUINTANA

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Defesa do Consumidor



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Autor: Deputado Alexandre Curi

Justificativa: permitir às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (Emenda Modificativa) e Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, determinada pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

A justificativa apresentada pelo proponente do Projeto de Lei diz que, se faz necessária, ante às exigências das normas de segurança e higiene para a sua viabilidade.

Cumprе ressaltar, então, que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa regulamentar a venda de produtos de conveniência no âmbito das farmácias e drogarias.

Por todo o exposto, exara-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Defesa do Consumidor




Sala das Comissões, em 27 de 03 de 2013.


Deputado Paranhos

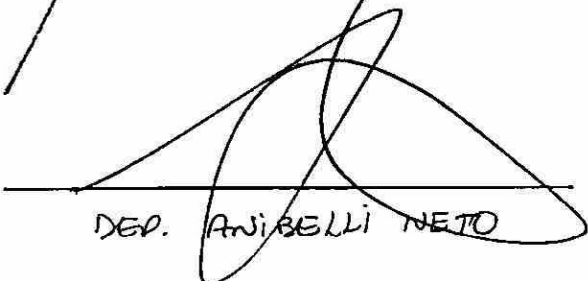
Presidente


Deputado Nereu Moura

Relator



DEP. PÉRICLES DE MELO



DEP. ANÍBELLI NETO

RECEBIDO
Curitiba, de de
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Saúde



Ofício nº 1064/2013/GS

Curitiba, 23 de abril de 2013.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Ofício nº 27/13-CS, referente ao Projeto de Lei nº 659/12, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias, encaminhamos em anexo, cópia do Ofício nº 510/2013, enviado à Casa Civil em 25 de fevereiro de 2013, que trata do mesmo assunto.

Na oportunidade renovamos expressões de estima e apreço.

Atenciosamente,


Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

Excelentíssimo Senhor
Deputado **DR. BATISTA**
Presidente da Comissão de Saúde
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407
www.saude.pr.gov.br - gabinete@sesa.pr.gov.br

RECEBIMOS
Curitiba, 26 de 04 de 13
304
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE



PARANÁ

Secretaria da Saúde



Ofício nº 0510/2013/GS

Curitiba, 25 de fevereiro de 2013.

Prezado Senhor,

Ao restituirmos o protocolado nº 11.853.626-6, o qual apresenta o Projeto de Lei nº 659/12, referente ao comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias, temos a informar:

- A Resolução Estadual nº 226 de 15 de abril de 1999 – Publicada em 11 de maio de 1999 (DIOE pág. 31) que “Aprova Norma Técnica que orienta sobre as condições técnicas, físicas e sanitárias necessárias para a abertura, o funcionamento e a dispensação de medicamentos em farmácias ou drogarias instaladas dentro de supermercados, armazéns, empórios, lojas de conveniência e “drugstore”, vem desde então permitindo que farmácias e drogarias comercializem produtos diversos ao especificado na Lei Federal nº 5991/1973;
- Com relação à prestação de serviços de interesse do consumidor que, na justificativa do Projeto de Lei (PL), está informando que se trata do recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transportes públicos, entendemos que, assim como já ocorre hoje nas lotéricas, haverá um aumento de dinheiro em espécie no caixa, que servirá como chamariz para roubos e assaltos. Considerando que a grande maioria das farmácias e drogarias também comercializam medicamentos controlados do tipo entorpecentes, sugerimos que seja acrescentado ao PL questões obrigatórias ligadas à segurança física e financeira do estabelecimento em função do maior aporte financeiro que ocorrerá nestes locais;
- A proposta do Projeto de Lei nº 659/12, ao nosso entendimento vem legalizar uma prática já existente em nosso Estado, mas que necessita de uma regulamentação, discriminando como se dará a localização dos artigos de convivência, quais os tipos destes artigos, quais das prestações de serviços além das que a farmácia já autoriza a prestar hoje, como se dará a separação entre os medicamentos e os demais produtos, entre outras informações pertinentes;

Excelentíssimo Senhor
REINHOLD STEPHANES
Secretário Chefe da Casa Civil
CURITIBA - PR

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407
www.saude.pr.gov.br - gabinete@sesa.pr.gov.br



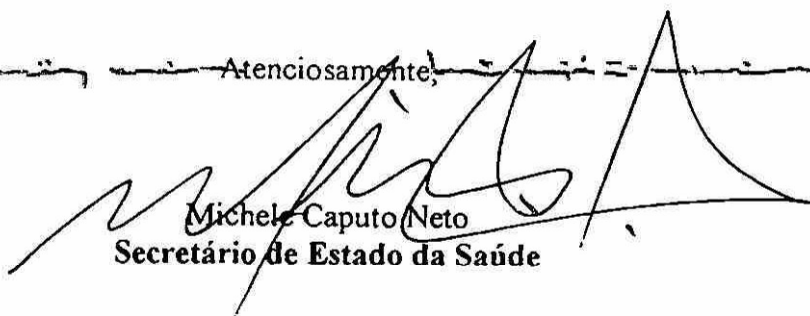
PARANÁ

Secretaria da Saúde

- A Resolução Estadual nº 226/1999, acima citada, está sendo revista através da Consulta pública nº 002/2012, assim sugerimos que no texto do PL nº 659/12 seja acrescentado um artigo solicitando a **regulamentação** pela Secretaria de Estado da Saúde que poderá ser realizada na própria norma técnica que é o caso da Consulta Pública 002/2012.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para reiterar votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


Michel Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407
www.saude.pr.gov.br - gabinete@sesa.pr.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que as farmácias e drogarias comercializem os artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 2013.

João Guimarães
Walter Martins
Presidente
DEP. ADEUNO
Relator
DR. BATISTA
Turini
Prof. Vembo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Acrescenta o artigo 5º e renumera o seguinte:

Art. 5 O Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, regulamentará a presente Lei”.

Art. 6 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2013:

João de Guimaraes
Prini
Deputado Estadual
DE BATISTA
Nelson Jensen
Paulo
Paulo



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,
sobre a EMENDA apresentada na Comissão
de Saúde Pública ao Projeto de Lei n.
659/2012, de autoria do Deputado
Alexandre Curi que *DISPÕE SOBRE O
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE CONVENIÊNCIA E
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FARMÁCIAS E
DROGARIAS.*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, objetiva regulamentar a venda de artigos de conveniência e a prestação de serviços, de interesse do consumidor, nas farmácias e drogarias do Estado do Paraná.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

Desta forma, fora exarado parecer pela aprovação do PL, acompanhado de uma emenda modificativa, sendo o mesmo aprovado integralmente.

Na sequência o PL passou pelas comissões de: (i) Indústria e Comércio; (ii) Defesa do Consumidor; e (iii) Saúde Pública, sendo que nesta última recebeu emenda aditiva, a qual ora se analisa.

Em relação aos detalhes do PL se remete ao parecer exarado por esta Comissão às fls. 06/16.

É O RELATÓRIO.

II- DO VOTO

Conforme menciona o Regimento Interno desta Casa de Leis, em relação a apresentação de emendas, com efeito mencionar os seguintes dispositivos:

'Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.;'

'Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. [...]'

A Emenda Substitutiva ora em análise foi apresentada na Comissão de Saúde Pública pelo seu relator, Deputado Dr. Batista, conforme o disposto no art. 141, II do Regimento Interno.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

A emenda em comento inclui que a Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Saúde.

Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Substitutiva está de acordo ao projeto de Lei apresentado, não descaracterizando sua essência.

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.

Por fim, apenas para uma melhor adequação legislativa, levando-se em consideração o teor da Lei Complementar nº 95/98, apresenta-se a inclusa subemenda.

É O VOTO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



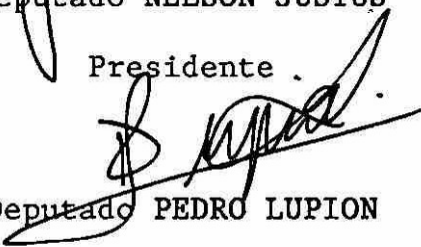
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO da emenda modificativa apresenta no Projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, NA FORMA DA SUBEMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS

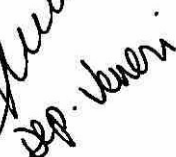
Presidente


Deputado PEDRO LUPION

Relator


Dep. Bernado


Dep. Brício


Dep. Ivneri


Dep. Tercilio


Dep. Curi


Dep. Stanovicka


Dep. Herman


Dep. Tolano


Dep. Pastor Edson

APROVADO

10/09/13



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Autor da Emenda: DEPUTADO DR. BATISTA

Autor do PL: DEPUTADO ALEXANDRE CURI.

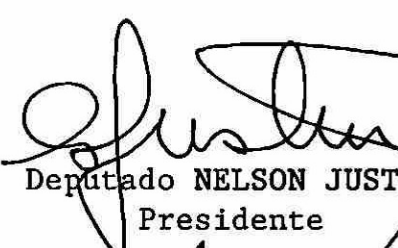
Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

De acordo com o que determina os artigos 137, §4º, 141, inciso II e 138, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificada a redação da emenda apresentada em sede de Comissão de Saúde Pública, passando a constar com o seguinte teor:

‘Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que entender necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.’

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.



Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


APROVADO

10/09/13

-5-

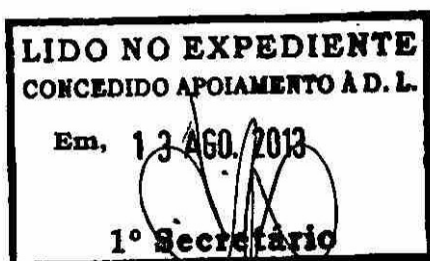

Dep. Pastor Edson


Dep. Traiano


Dep. Herman



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 353/13

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais de Marialva – Amigo Fiel.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais de Marialva – Amigo Fiel, com sede e foro no Município de Marialva.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2013.

Dr. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais de Marialva – Amigo Fiel, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade proporcionar condições de abrigo aos animais abandonados, alimentação adequada, assistência à sua saúde e sua integração junto à comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 353/2013

Projeto de Lei nº. 353/2012
Autora: Deputado Dr. Batista

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE MARIALVA- AMIGO FIEL.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO .

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ***ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE MARIALVA- AMIGO FIEL***, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de inserir na súmula a sede e foro da associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, bem como retificar o foro, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 10 de Setembro de 2013.



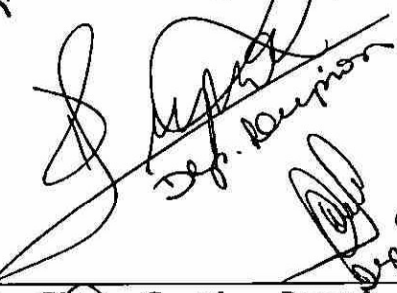
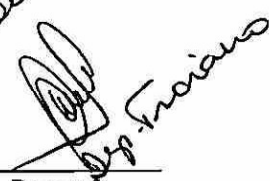

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

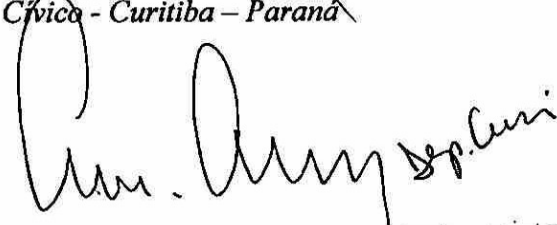

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



APROVADO

10/09/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 353/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 353/2013, passa a contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Proteção aos Animais de Marialva- Amigo Fiel**, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá."

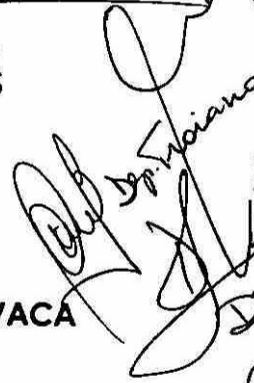




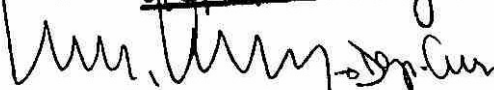
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Proteção aos Animais de Marialva- Amigo Fiel**, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

10/09/13

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 369/13

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m² (quatro mil e dezesseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do “terminal rodoviário municipal” em parte dos imóveis descritos nos itens “a” e “b” deste artigo.”

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

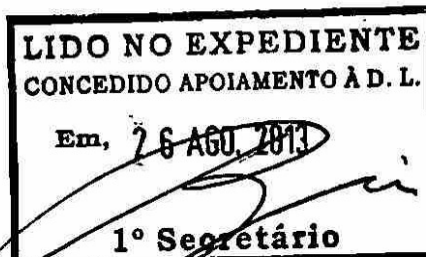
Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de agosto de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº083 /2013

Curitiba, 20 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, 21/08/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00 m², destacada do lote nº 125 da Gleba nº 03, Colônia Tormenta, no município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80 m², para ser utilizada exclusivamente como Terminal Rodoviário daquele Município.

O Estado do Paraná transferiu, através de doação, área de sua propriedade para o Município de Catanduvas, com a finalidade específica de uso como "Terminal Rodoviário", tudo como contido na Matrícula nº 10.119 do Serviço de Registro de Imóveis de Catanduvas.

Ocorre que a área de 4.800,00 m² é bastante ampla e comporta, com grande sobra de espaço urbano, o terminal rodoviário municipal.

Nesse sentido, a municipalidade desmembrou a área em duas, conforme Matrículas nºs 11.130 e 11.131 do Serviço de Registro de Imóveis de Catanduvas. Assim procedeu porque pretende disponibilizar o espaço contido na Matrícula nº 11.131 do SRI/Catanduvas para que pequenos produtores possam expor e comercializar seus produtos, gerando assim emprego e renda, tudo sem prejuízo ao bom andamento dos trabalhos do "terminal rodoviário".

Diante deste contexto, encaminho à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei com a finalidade de desafetar as Matrículas nºs

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.817.615-4



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

11.130 e 11.131 do Serviço de Registro de Imóveis de Catanduvas, para que a municipalidade possa utilizar a área para outros fins, além do "terminal rodoviário", contribuindo para o desenvolvimento do município, gerando emprego e renda para a população daquela região.

Por último, vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência será utilizado exclusivamente para as destinações previstas e que o mesmo reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade também prevista na presente proposta de lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus



CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 14.850- 05/10/2005

Publicado no Diário Oficial Nº 7076 de 06/10/2005

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a proceder a doação da área rural que específica, ao município de Catanduvas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00 m2, destacada do lote nº 125 da Gleba nº 03, Colônia Tormenta, no município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80 m2.

Art. 2º. O imóvel referido no artigo 1º deverá ser utilizado exclusivamente como Terminal Rodoviário daquele município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em 05 de outubro de 2005.

ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

CAÍTO QUINTANA
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 369/2013

Projeto de Lei nº 369/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 83/2013

Súmula: *Dá nova redação ao Artigo 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou doação de imóvel ao Município de Catanduvas.*

EMENTA: ALTERAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI N. 14850/2005. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 83/2013, visa alterar a redação do Artigo 2º da Lei nº 14.850/2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas, ante o fato de o imóvel doado ter sido desmembrado em duas matrículas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




Sala das Comissões, 03 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


Dep. Turini

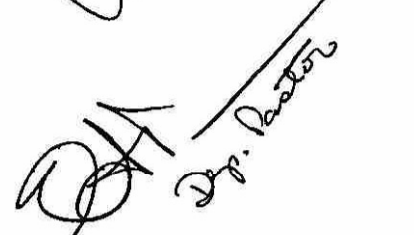

Dep. Caib


Dep. Perillo


Dep. Ruyton


Dep. Sanches


Dep. Amari


Dep. Pastor



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 369/2013

Projeto de Lei nº 369/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 083/2013

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 369/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 083/2013**, objetiva dar nova redação ao artigo 2º da Lei nº 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas no Estado do Paraná.

Esta proposição faz referencia a uma área utilizada atualmente para funcionamento do terminal rodoviário em Catanduvas, mas que passa a ser desmembrada em duas matrículas individualizadas, por possuir uma extensão maior que a necessária. Este procedimento permitirá a utilização da área em excesso para outras finalidades em conformidade direta com a necessidade do município.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 369/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Catanduvas no Estado do Paraná, com o desmembramento de uma área hoje utilizada apenas para o funcionamento do terminal rodoviário no município. Ocorre que referida área, numa totalidade de 4.800,00 m² é bastante ampla e comporta com grande sobra um excesso que poderá a partir desta medida, ser utilizada para outros fins. A proposta parte da iniciativa municipal, com o objetivo de utilizar esta área para que pequenos produtores possam expor e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



comercializar seus produtos, gerando assim emprego e renda à população, tudo sem prejuízo ao bom andamento dos trabalhos do “terminal rodoviário”. Esta proposta atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 369/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 083/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná);

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 369/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Catanduvas, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 369/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.*

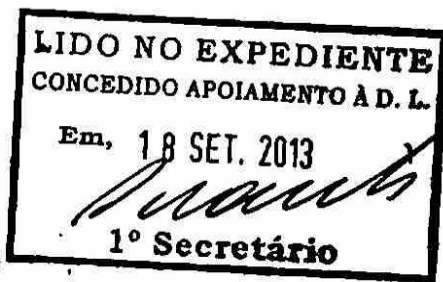
Tercílio Turini
Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Elton Welter
ADELINO RIBEIRO
Relator
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk
Teruo Kato



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 24/13



SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de maio de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de setembro de 2013.

14:51 18/09/2013 008177 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Am. Alexandre

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
Relator

Wilson

Geniano
Relatores

Bahar
Amadori



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

[Assinatura]





COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 036/2013-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de julho de 2013, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 11 de setembro de 2013

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

ANGELLI
ALEXANDRE
TERIANO

Lupion

Américo

Periclos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 24 SET. 2013
1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas, divulgados fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012, no primeiro turno, pelo Ibope no Paraná.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas, divulgados fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012, no primeiro turno, pelo Ibope no Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 18/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.


Deputado **RASCA RODRIGUES**
Presidente


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
Relatora

Deputado **ARTAGÃO JUNIOR**
Membro


Deputado **DR. BATISTA**
Membro


Deputado **HERMAS BRANDÃO JR**
Membro


Deputado **TERUO KATO**
Membro


Deputado **TONINHO WANDSCHEER**
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de para averiguar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas, divulgados fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012, do primeiro turno, pelo Ibope no Paraná.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Reni Pereira, protocolado sob o nº 6387/12-DAP, de 17/10/12 e constituída pelo Ato do Presidente nº 18/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12.

12

Processo Legislativo

Comissões Especiais

CPI do IBOPE Relatório Final

1. INDICE
2. INTRODUÇÃO
3. DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA CPI
 - 3.1. Dos documentos constitutivos da CPI
 - 3.2. Do arquivo de documentos expedidos pela CPI
 - 3.3. Do arquivo de documentos recebidos pela CPI
 - 3.4. Do arquivo de notícias de Imprensa da CPI
4. DAS REUNIÕES DA CPI
 - 4.1. Das Atas e Notas Taquigráficas da CPI
5. DAS CONCLUSÕES DA CPI
6. DO ENCAMINHAMENTO DAS CONCLUSÕES DA CPI
7. DOS AGRADECIMENTOS
8. ANEXOS

2. INTRODUÇÃO.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a missão assumida pelos Deputados Estaduais integrantes desta CPI, consubstanciada no esclarecimento de supostas irregularidades nos resultados de pesquisas divulgadas às vésperas das Eleições Municipais de 2012. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas.

Por iniciativa do Deputado Reni Pereira e com o apoio de vinte e um Parlamentares, foi apresentado requerimento objetivando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolado sob o nº 6387/13-DAP, de 17 de outubro de 2012, que foi lido no expediente na mesma data.

Em 23 de outubro, abriu-se prazo para que os Líderes Partidários e Blocos Partidários procedessem à indicação de membros para a sua composição.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do IBOPE teve por objetivo investigar a situação e possíveis fraudes nos resultados das pesquisas divulgadas fora da margem de erro, nos vinte dias que antecederam as eleições 2012, no primeiro turno, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, no âmbito territorial do Estado do Paraná, (art. 62, § 3º da Constituição Estadual).

Em 6 de novembro de 2012, foi editado e publicado no DiOA nº 318, o Ato do Presidente nº 18/2012, que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares:

Membros Titulares:

Deputado Hernes Brandão Junior (PSB)
Deputada Cantora Mara Lima (PSDB)
Deputado Artagão Júnior (PMDB)
Deputado Terezo Kato (PMDB)
Deputado Dr. Batista (PMN)
Deputado Toninho Wandscheer (PT)
Deputado Rasca Rodrigues (PV)

Membros Suplentes:

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)
Deputada Rose "Litro" (PSDB)
Deputado Stephanes Junior (PMDB)
Deputado Nereu Moura (PMDB)
Deputado Professor Lemos (PT)
Deputado Adellno Ribeiro (PV)

O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do IBOPE foi fixado, primeiramente, em cento e vinte dias, conforme requerimento de constituição protocolado sob o nº 6387/12-DAP, apresentado na Sessão Plenária de 17 de outubro de 2012 e prorrogado, por outros sessenta dias em 8 de abril de 2013, na forma do art. 36, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, conforme requerimento de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, Relatora da CPI, protocolado sob o nº 2825/13-DAP, aprovado em Sessão Plenária.

Com a renúncia ao mandato do Deputado Reni Pereira, eleito Prefeito de Foz de Iguaçu em 3 de outubro de 2012, foi eleito, em 9 de abril de 2012, o Deputado Rasca Rodrigues para presidir a CPI do IBOPE.

As ações da CPI do IBOPE se pautaram na convocação de depoentes e envio de ofício solicitando cópia integral das entrevistas realizadas pelo IBOPE, identificando as pessoas nas áreas em questão, e também de toda a metodologia aplicada com cópia do processo entregue ao Tribunal Regional Eleitoral, com o diagnóstico da situação atual das pesquisas do Instituto quanto aos indicadores, irregularidades, causas e demais fatores determinantes.

12

Documentos expedidos pela CPI:

Of. Nº	Data	Destinatário	Empresa	Assunto
002	27/11/12	1º Secretário da ALEP	ALEP	Solicitação passagem aérea
003	27/11/12	Dep. Cantora Mara Lima	ALEP	Convocação reunião
004	27/11/12	Dep. Artagão Junior	ALEP	Convocação reunião
005	27/11/12	Dep. Teruo Kato	ALEP	Convocação reunião
006	27/11/12	Dep. Dr. Batista	ALEP	Convocação reunião
007	27/11/12	Dep. Toninho Wandscheer	ALEP	Convocação reunião
008	27/11/12	Dep. Rasca Rodrigues	ALEP	Convocação reunião
011	27/11/12	Carlos Augusto Saad Monteiro	IBOPE	Solicitação de documentos
012	27/11/12	Márcia Cavallari Nunes	IBOPE	Intimação
013	27/11/12	Francisco Krassuski	IBOPE	Intimação
019	27/11/12	Hélio Gastaldi	IBOPE	Intimação

Documentos Recebidos:

Nº	Data	Empresa	Assunto
-	-	IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria	Cópia da Lista dos membros do IBOPE
00093	24/8/12	IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria	Cópia do registro no TRE
JOB 12 1589-1	26/8/12	IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria	Formulário de Pesquisa (oito folhas)
Ofício	3/12/12	IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria	Resposta of. 13/12-CPI
Ofício	6/12/12	IBOPE Inteligência Pesquisa e Consultoria	Resposta of. 11/12-CPI (anexo 2 CD)
Prot. 13600	5/12/12	ALEP	Cópia da Notícia Crimis do Deputado Reni Pereira contra o IBOPE para anexar aos documentos da CPI
Of. 2700	6/11/12	ALEP	Dep. Reni Pereira
Of. 95	2/4/13	ALEP	Solicita Relatório Final preliminar da CPI
Of. 146	6/5/13	ALEP	Informa término da CPI

Depoimentos:

Foram intimados e ouvidos pela CPI do IBOPE os Senhores Hélio Gastaldi, Márcia Cavallari Nunes, representantes da empresa IBOPE – Inteligência.

O Senhor Francisco Luiz Albuquerque Krassuski, também da empresa IBOPE – Inteligência foi intimado, mas não foi ouvido já que não tem participação nas pesquisas eleitorais realizadas para fins de divulgação, nem nas pesquisas realizadas no Estado do Paraná, objeto desta CPI.

A partir da aprovação deste relatório é que efetivamente iniciará a real e constante fiscalização da gestão pública.

3. CONSTITUIÇÃO DA CPI.

A CPI foi constituída pelo Ato do Presidente nº 18/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012; Regimento Interno da CPI, aprovado na reunião de 19 de novembro de 2012, publicado no Diário Oficial da ALEP nº 332, de 28 de novembro de 2012;

Lei Estadual nº 12.882, de 29 de maio de 2000.

4. REUNIÕES E ATAS.

Foram realizadas três reuniões, nas datas a seguir:

- 19 de novembro de 2012 – publicada no DOA nº 322, de 28/11/12;
- 11 de dezembro de 2012 – publicada no DOA nº 403, de 15/4/13;
- 9 de abril de 2013 – publicada no DOA nº 403, de 15/4/13.

5. CONCLUSÃO.

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar do IBOPE, coletados durante a fase de Inquérito, depreendem-se as conclusões abaixo expostas objetivamente.

- exame da correspondência recebida;
- análise dos resultados.

Para concluir os trabalhos da CPI, foram realizadas diligências por telefone, tendo por base os documentos fornecidos à Comissão, de duas pesquisas realizadas entre os dias 7 a 14 de junho de 2013, que passamos a relatar:

Nas fichas dos pesquisados deveria constar todos os dados dos mesmos, tais como: endereço, telefone, sexo, entre outros, e não foi o que a Comissão verificou. Assim, escolheu-se, pelo pouco tempo restante após a substituição do presidente, elaborar uma diligência por telefone a partir dos dados oferecidos pelos cadastros dos entrevistados de cada pesquisa eleitoral. Foram então efetuadas as ligações telefônicas para todos os números oferecidos nos cadastros do relatório individual e os resultados foram surpreendentes, os quais foram interpretados ainda que parcialmente abaixo, mas consta, em anexo, o relatório completo da diligência.

Portanto serão comentados alguns, que por si só, são suficientes para sugerir uma investigação profunda por parte do Ministério Público e da Polícia Federal, quais são:

A primeira, divulgada em 31 de agosto de 2012, apresenta em relatório apenas quatrocentos e noventa e um entrevistados, diferente do número divulgado nos jornais, que segundo o Ibope foi de quinhentos e quatro pessoas pesquisadas. Como a margem de erro era de quatro pontos percentuais, não se tratou de erro grave e foi aceito baseado na mesma margem de erro. O resultado da diligência, por telefone, foi extraordinariamente preocupante. Através do número de telefone oferecido no cadastro do pesquisado, em setenta e quatro casos o número de telefone não existia (15%); em outras vinte e cinco pessoas, que atenderam às ligações, foi dito que a pessoa solicitada para confirmar se havia sido pesquisada, não existia naquele número (5%); não foram entrevistados ou não responderam a pesquisa, mais oito cadastros (2%), totalizando o percentual de 22% de cadastros com grandes indícios de fraude.

Além do fato de cento e cinco pessoas verificadas (21,3%), estarem os telefones indisponíveis; oitenta e um (16,5%), não atenderam, totalizando o percentual de 37,8% das consultas que ficaram sem possibilidades de confirmação, o que por si só, desperta grande preocupação quanto à possibilidade de rastrear uma pesquisa de opinião pública para pleitos eleitorais.

Ainda, nessa primeira checagem, verificaram-se cinquenta e dois relatórios sem indicação do número de telefone (10,5%), cuja veracidade foi impossível de checar, que somados aos indisponíveis e aos que não atenderam, perfazem um total de 48,3%, ou seja, praticamente a metade dos pesquisados.

Enfatiza-se que daqueles que confirmaram sua participação na entrevista vinte e cinco pessoas (5%), responderam que votaria no candidato Chico Brasileiro; quarenta e sete (9,5%), responderam que votariam no candidato Reni Pereira, e trinta e cinco (7%), não lembravam em quem iriam votar

para prefeito. Teoricamente, as intenções de voto no candidato a prefeito Reni Pereira eram, naquele momento, o dobro das de seu adversário.

A segunda pesquisa, divulgada em 27 de setembro de 2012, não foi diferente da primeira ao apresentar também as mesmas discrepâncias, dentre elas destacamos que, novamente, foi divulgado o número de quinhentos e quatro eleitores pesquisados, mas só constam quatrocentos e noventa e um cadastro. Mais uma vez, como a margem de erro da pesquisa foi de 4%, aceitou-se o relatório dentro da mesma probabilidade.

No telefone citado no cadastro dos pesquisados, em cinquenta e seis casos o número não existe (11,4%); trinta e oito telefonemas atendidos tiveram como resultado a inexistência da pessoa citada naquele número (7,7%), e onze pessoas não responderam (2,2%), totalizando 21,3% de cadastros com grandes indícios de possíveis fraudes.

Além do fato de que cento e vinte e cinco verificações (25,4%) os telefones estavam indisponíveis; oitenta e seis pessoas (17,5%), não atenderam as ligações, totalizando (42,9%) de consultas sem possibilidade de confirmação, o que por si só, novamente, desperta grande preocupação quanto à possibilidade de rastrear a pesquisa.

Enfatiza-se ainda que daqueles que confirmaram sua participação na entrevista, cento e onze pessoas (18,8%) destes; vinte e nove ouvidos (5,9%) responderam que votaria no candidato Chico Brasileiro; cinquenta e um ouvidos (10,3%), responderam que votariam no candidato Reni Pereira, e trinta e um (6,3%) não lembravam, à época da pesquisa, em quem disseram que iriam votar para prefeito. Teoricamente as intenções de voto no candidato a prefeito Reni Pereira eram, neste novo momento, novamente quase o dobro e pasmem, o resultado divulgado foi de empate técnico. Como pode isto acontecer? É o que esperamos que seja apurado pelas autoridades competentes.

Na terceira e última pesquisa divulgada em 6 de outubro de 2012, com seiscentos e dois eleitores, registrou-se que os relatórios fornecidos a esta CPI foram, pela primeira vez, corretos já que recebeu-se os seiscentos e dois cadastros, sendo que desses conseguiu-se, através da diligência por telefone, os seguintes números que repetem as discrepâncias apresentadas nos anteriores, quais sejam: nos números de telefones oferecidos nos cadastros de pesquisados, em oitenta e sete dos casos (14,4%), o número não existe; cinquenta e cinco pessoas (9,1%) atenderam ao telefonema e disseram não existir a pessoa buscada naquele número; e dezoito pessoas (3%) alegaram não ter respondido à pesquisa, totalizando 26,5% de cadastros. Portanto e novamente pode haver grandes indícios de possíveis fraudes.

Além do fato de cento e vinte e sete (21,1%) dos telefones estarem indisponíveis; oitenta e dois (13,6%) não atenderam aos chamados, totalizando 34,7% que ficaram novamente sem possibilidades de confirmação dos dados. Enfatizamos ainda, que dos cento e cinquenta e sete pessoas (32%), que confirmaram sua participação na entrevista, quarenta e duas (8,9%) responderam que votariam no candidato Chico Brasileiro, sessenta e nove (11,4%) responderam que iriam votar em Reni Pereira e quarenta e seis pessoas (7,6%) não lembravam em quem tinham citado na sua intenção de voto para prefeito.

Teoricamente as intenções de voto do candidato a prefeito Reni Pereira eram, nesse novo momento, quase o dobro do outro candidato, mas o resultado divulgado foi de cenário de vitória do candidato Chico Brasileiro, com 52% das intenções de voto, contra 45% do candidato Reni Pereira. Pergunta-se: Como pode isto acontecer? É o que se espera que seja apurado pelas autoridades competentes.

Assim conclui-se que há indícios de fraude que só uma investigação longa e profunda poderá esclarecer. Para tanto recomenda-se o envio do presente relatório imediatamente aos órgãos policiais e judiciais, para que procedam ampla e rigorosa apuração.

6. DOS ENCAMINHAMENTOS DAS CONCLUSÕES DA CPI.

Por deliberação dos Deputados integrantes desta Comissão de Investigação do IBOPE, entende-se que as conclusões obtidas deverão ter os seguintes encaminhamentos:

- Encaminhamento de cópia integral deste Relatório à Presidência, para fins do artigo 38, do Regimento Interno.
- Encaminhamento pela Presidência, de cópia integral deste Relatório ao Ministério Público, nos termos do inciso III, artigo 38, do Regimento Interno;
- Encaminhamento pela Presidência, de cópia integral deste Relatório ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu;
- Encaminhamento pela Presidência, de cópia integral deste Relatório ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE;
- Encaminhamento pela Presidência, de cópia integral deste Relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- Encaminhamento pela Presidência ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e Superintendência da Polícia Federal.

7. AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos mais profundos agradecimentos a todos os membros da CPI que participaram com dedicação de todos os trabalhos, debates e audiências, contribuindo imensamente, com suas vivências e opiniões, para a confecção mais real do quadro das possíveis fraudes nos resultados das pesquisas divulgadas fora da margem de erro nos vinte dias que antecederam as eleições de 2012 do primeiro turno, realizadas pelo IBOPE, no âmbito do Estado do Paraná.

A todos os nossos convidados e às pessoas, organizações e instituições que colaboraram, encaminhando documentos, dados, informações, depoimentos, no intuito de enriquecer o perfil que traçamos, possibilitando que ele se aproximasse mais da realidade, nosso reconhecimento.

Agradecemos, ainda, aos funcionários da Casa que prestaram apoio ao nosso trabalho.

É o relatório.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2013.

Deputado Rasca Rodrigues
Presidente da CPI

Deputado Dr. Baústa
Membro da CPI

Deputado Hermas Brandão Junior
Membro da CPI

Deputada Cantora Mara Lima
Relatora da CPI

Deputado Teruo Kato
Membro da CPI

Deputado Toninho Wandscheer
Membro da CPI